

UNIVERSIDADE TIRADENTES

SERVIÇO SOCIAL

JAKELINE DOS SANTOS ARAGÃO

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO I E II

Aracaju
2015

JAKELINE DOS SANTOS ARAGÃO

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO I E II

Relatório apresentado à Universidade Tiradentes, como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

ORIENTADORA: Prof^a Esp. Fernanda Silva Nascimento

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Disciplina: Estágio Supervisionado I

Nome do professor responsável pela disciplina: Prof^ª Dr^ª.Jane Cláudia Jardim Pedó

Supervisora Acadêmica: Prof^ª Esp. Fernanda Silva Nascimento

Supervisora de Campo: Kátia Maria Araújo Souza

Carga horária: 200 horas

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome completo: Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicossocial (NAPPS)

Endereço completo: Avenida Murilo Dantas nº 300, bairro Farolândia, Aracaju/SE.

Horário de funcionamento: segunda à sexta, das 08h00min às 22h00min

Fone: (79) 3218-2170

Disciplina: Estágio Supervisionado II

Nome do professor responsável pela disciplina: Prof^ª Dr^ª.Jane Cláudia Jardim Pedó

Supervisora Acadêmica: Prof^ª Esp. Fernanda Silva Nascimento

Supervisora de Campo: Raquel de Oliveira Mendes

Carga horária: 200 horas

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome: Instituto Federal de Sergipe Campus Nossa Senhora da Glória.

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitscheck, s/n. Parque de Exposições João de Oliveira Dantas, Nossa Senhora da Glória/ Sergipe.

Horário de funcionamento: Segunda à Sexta das 08h00min às 17h00min

Fone: (79) 9906-7145

AGRADECIMENTOS

Finalizando o Estágio Supervisionado I e II, não poderei deixar de dirigir meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente a Deus pelo dom da vida, por me conceder saúde e sabedoria, me possibilitando lutar por meus objetivos. Glórias a ti Senhor!

Aos meus familiares pelo apoio carinho sempre. De maneira especial aos meus pais e ao meu esposo que não mediram esforços para que este sonho se tornasse real.

Aos meus irmãos do Grupo de Oração pelas orações e pela torcida. Vocês foram fundamentais nesta conquista.

À supervisora Acadêmica Fernanda Silva Nascimento pelos ensinamentos e pela paciência. À professora Kátia Maria de Araújo Souza, Supervisora de Campo do Estágio I, pela acolhida. À Raquel de Oliveira Mendes, Supervisora de Campo do Estágio II. Sou imensamente grata pela acolhida, por todo aprendizado proporcionado, e, de maneira especial pela atenção, carinho e dedicação.

Meus sinceros agradecimentos as minhas colegas de turma. Vocês foram essenciais neste processo de aprendizagem.

Enfim, sou grata a todos que de alguma forma contribuiu para a concretização desse sonho.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	06
2	RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I.....	08
	2.1 As expressões da Questão Social e a política objeto de estágio.....	08
	2.2 Reconhecimento do espaço institucional.....	15
	2.3 Serviço Social na Instituição.....	19
	2.4 Diagnóstico.....	20
3	RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO II.....	23
	3.1 Proposta de Intervenção Social.....	23
	3.2 Sistemática de Operacionalização.....	30
	3.3 Análise e síntese da experiência vivenciada.....	31
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
5	REFERÊNCIAS.....	35
6	APÊNDICE.....	37
7	ANEXOS.....	63

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho refere-se ao Relatório Final de Estágio Supervisionado I e II, eles foram realizados em duas instituições distintas. O Estágio I foi realizado no Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicossocial (NAPPS), situado na Universidade Tiradentes, localizada na Av. Murilo Dantas nº 300, bairro Farolândia, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. O referido estágio teve como Supervisora de Campo a assistente social Kátia Maria Araújo Souza e foi realizado a partir do dia 13 do mês de março do ano de dois mil e quinze (13/03/2015) até o dia 02 do mês de junho do ano de dois mil e quinze (02/06/2015), através de uma carga horária de 200 (duzentas) horas. Já o Estágio II foi realizado no Instituto Federal de Sergipe (IFS) Campus Nossa Senhora da Glória, localizado Rodovia Juscelino Kubitscheck, s/n. Parque de Exposições João de Oliveira Dantas s/n, Nossa Senhora da Glória, Estado de Sergipe, sob a supervisão da Assistente Social Raquel de Oliveira Mendes. As atividades do Estágio II iniciaram-se dia 26 de agosto de 2015 (26/08/2015) e foram encerradas dia 27 de novembro de 2015 (27/11/2015), através de uma carga horária de 200 (duzentas) horas. Vale salientar que tanto o Estágio I quanto o Estágio II tiveram como Supervisora Acadêmica a professora Esp. Fernanda Silva Nascimento.

O Estágio Supervisionado I e II é um período de grande relevância para o estudante do curso de Serviço Social ao passo que se configura no primeiro contato entre teoria e prática, isto é, momento em que o estudante passa a vivenciar na prática tudo aquilo que ele aprendeu teoricamente no decorrer da sua graduação.

De acordo com a Política Nacional de Estágio (PNE) 2010

O estágio supervisionado no curso de Serviço Social apresenta como uma de suas premissas oportunizar ao(a) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital. (PNE, 2010, p.14).

Dentro desse contexto, serão apresentados nesse relatório todos os trabalhos solicitados pela Supervisão Acadêmica, realizados durante o período em que se deu o Estágio Supervisionado I e II.

Num primeiro momento será feita uma breve abordagem a respeito das Expressões da Questão Social e da Política Objeto de Estágio; em seguida será apresentado o Reconhecimento do Espaço Institucional visando maior conhecimento do local onde o estágio será realizado; posteriormente abordar-se-á os aspectos relevantes ao Serviço Social na Instituição. Em seguida será elucidado o Diagnóstico Social do Bairro Farolândia, com o fim de contemplar o seu contexto histórico, social e econômico objetivando-se conhecer a realidade na qual o NAPPS está inserido, visando identificar problemáticas relevantes à área do estágio.

Já no Estágio II, devido à mudança de campo, também será feito o Reconhecimento Institucional e o Diagnóstico Social do Município de Nossa Senhora da Glória, visando identificar as principais demandas pertinentes ao campo. Posteriormente será feita a descrição do projeto de intervenção, seguido da sistemática de operacionalização. E por fim será realizada a análise das experiências do Estágio.

2. RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

2.1 As Expressões da Questão Social e a Política Objeto de Estágio

É sabido que a questão social tem suas origens no século XIX a partir da Revolução Industrial e dos processos de urbanização que deram origem ao modo de produção capitalista. Tais transformações trouxeram uma série de consequências para a sociedade, principalmente, para a classe trabalhadora que passou a enfrentar um processo de empobrecimento e precarização do trabalho. Entretanto, foi a partir desta situação que a classe proletária começou a se conscientizar a respeito da sua condição de exploração e buscar alternativas políticas capazes de enfrentá-la. Na Concepção de Carvalho e Yamamoto,

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO; YAMAMOTO, 1983, p.77).

Diante do exposto, percebe-se que a questão social é produto e expressão da contradição entre capital e trabalho. Onde de um lado estão os detentores dos meios de produção e do outro os detentores da força de trabalho. Entretanto, é bom frisar que a questão social não é algo que se pode ver, vemos apenas suas expressões, tais como o analfabetismo, a miséria, o desemprego, a falta de moradia, a falta de atendimento e de leito nos hospitais, a violência (sexual, contra mulher, contra criança, contra o idoso), a fome, a precariedade da educação, o preconceito, a exclusão, etc. A questão social se apresenta para nós como a concretização das determinações do modo de produção capitalista, onde o objetivo é acumular capital, e não garantir condições de vida adequada para toda a população.

Partindo dessas colocações, nota-se que é indiscutível a inserção do Serviço Social no âmbito das desigualdades sociais, ou, mais amplamente, da questão social. Conforme, pois, a afirmação de Yamamoto:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. A questão social, que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. (YAMAMOTO, 1997, p. 14).

Tomando por base as colocações de Yamamoto, compreende-se que o desafio do serviço social é conhecer e atuar nas inúmeras expressões da questão social. Pois o assistente social enquanto profissional qualificado precisa decifrar os determinantes dessa problemática, a fim de que sua atuação seja significativa e, sobretudo, transformadora. Vale lembrar que dentre os vários espaços, os quais a questão social se materializa a educação merece especial atenção, uma vez que é por meio dela que se chega ao conhecimento e conseqüentemente a um processo de transformação humana e social.

O assistente social que atua na educação tem o compromisso com a população em garantir o acesso à mesma, pois sendo ela um direito constitucional que deve ser garantida a todos. Além disso, este profissional tem na educação um campo vasto de possibilidades para desenvolver seu trabalho junto às escolas, às universidades, às famílias dos estudantes, bem como junto aos profissionais que atuam nesta área, contribuindo para identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos os quais mais afligem o campo educacional no atual contexto. Dentre eles, o baixo rendimento escolar, evasão escolar, problemas relacionados sexualidade, violência doméstica, discriminação, preconceito etc., possibilitando desta forma uma ação significativa e transformadora. Vale lembrar que para enfrentamento da questão social os assistentes sociais desde a década de 90 têm utilizado o projeto ético-político como referencial para a sua atuação profissional, buscando atuar na garantia de acesso aos direitos, e dentre eles o direito à educação, priorizando aquilo que está disposto na Constituição Federal Brasileira, bem como as normatizações estabelecidas nas legislações educacionais. Dentro desta perspectiva, para nosso maior entendimento, será pontuada a trajetória histórica da educação no Brasil, levando em consideração seus avanços e desdobramentos.

A origem da educação no Brasil remonta a chegada dos colonizadores em terras brasileiras, mais precisamente no ano de 1549 com a vinda dos Jesuítas para o Brasil, que tinham por objetivo catequizar e “civilizar” os nativos brasileiros. De lá pra cá ocorreu uma série de transformações que culminou na efetivação da educação como Direito Constitucional.

Durante sua trajetória, a educação Brasileira foi marcada por várias disparidades. Segundo Romanelli,

Até os anos 20, a educação brasileira comportou-se como um instrumento de mobilidade social. Os extratos que detinham o poder econômico e político utilizavam-na como distintivo de classe. As camadas médias procuravam-na como a principal via de ascensão social, prestígio e integração com os estratos dominantes. Nesta sociedade, ainda não havia uma função (educadora) para os níveis médio e primário, razão pela qual eles não mereceram atenção do Estado, senão

formalmente. A oferta de escola média, por exemplo, era incipiente, restringindo-se, praticamente, a algumas iniciativas do setor privado. (ROMANELLI, 1983, p.21).

Já a partir da década de 30 com a passagem da sociedade oligárquica para a sociedade urbano-industrial, as estruturas de poder foram alteradas e o esforço para implantar a industrialização gerou mudanças significativas na educação. Neste mesmo ano, foi criado o Ministério da Educação que atendia pelo nome de Ministério da Educação e Saúde Pública. O Ministério recebia essa nomenclatura por ser responsável por atividades pertinentes a vários ministérios. A partir de 1953 com a autonomia dada à área da saúde, surge o Ministério da Educação e Cultura, com a sigla MEC. Em 1992, uma lei federal transformou o MEC no Ministério da Educação e do Desporto e, somente em 1995, a instituição passa a ser responsável apenas pela área da educação. Além deste marco, a Constituição de 1934 foi a primeira a estabelecer a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação. Implantou-se a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário. A Constituição de 1937 manteve parte do que foi implantado pela legislação anterior, incluindo novos parâmetros, dentre eles o ensino profissionalizante.

Nos anos de 1946 a 1964, mais conhecido como redemocratização nacional, surgiram diversos movimentos populares, tais movimentos encabeçavam a luta por vários direitos, dentre eles: a defesa de uma educação para todos, o aperfeiçoamento e a difusão do ensino secundário, a de erradicação do analfabetismo, a educação rural, a educação para deficiente etc. Percebe-se que aos poucos a sociedade brasileira passou a tomar consciência da importância da educação para a consolidação de mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais.

É dentro desse contexto conjuntural que surge o primeiro embrião da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A LDB é a lei que define e regulamenta o sistema de educação brasileiro com base nos princípios constitucionais. Em 1948 o Ministro da Educação encaminhou o primeiro Projeto de lei da LDB, gerando um debate sobre a sua aprovação e implantação que durou 13 anos, sendo finalmente sancionada em 1961. Com a sua aprovação os órgãos estaduais e municipais ganharam mais autonomia, diminuindo as responsabilidades atribuídas inteiramente ao MEC. Em 1968 houve a reforma universitária, que também foi chamada de “Grande LDB do Ensino Superior”, assegurando autonomia às universidades públicas e privadas e instituindo um modelo organizacional único para ambas. A partir da LDB de 1971 o ensino passa a ser obrigatório dos sete aos 14 anos, exigindo ainda um currículo comum para o primeiro e segundo. Em 1996 é realizada uma nova reforma na educação brasileira, que culminou na nossa atual LDB, trazendo diversas mudanças às leis anteriores, com a inclusão

da educação infantil e a formação adequada dos profissionais da educação básica. Vale ressaltar que a LDB abrange todos os níveis de ensino, desde a pré-escola até o ensino superior.

Já durante o regime militar que vai da década de 60 à década de 80, o Brasil vive um retrocesso no que tange aos Direitos Educacionais, voltando a avançar a partir da nova constituição, promulgada em 1988.

A Constituição Federal de 1988 representa um salto qualitativo com relação às legislações anteriores, sobretudo, em seu Art. 5º ao apresentar a educação como um “direito de todos e dever do Estado e da família e da sociedade, visando o desenvolvimento da pessoa humana, a qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania”. (BRASIL, 1988).

O artigo 206 atribui que o ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (BRASIL, 1988).

A partir dessas colocações percebe-se que a educação é um direito do ser humano e deve ser provida mediante as especificações expostas neste artigo constitucional.

Outro artigo que traz o direito a educação de forma mais detalhada é o artigo 208, que está disposto da seguinte forma:

O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequada às condições do educando; VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988).

Tomando por base as colocações anteriores, percebe-se que a Educação avançou significativamente no Brasil, sobretudo a partir da implantação da LDB e da promulgação da

CF/1988. Outro avanço diz respeito à criação e implantação da Política Nacional de Educação, esta Política foi formulada a partir dos Princípios Constitucionais e com base na LDB. Tal Política pertence ao grupo de Políticas Públicas Sociais do país, e para que possamos compreender melhor o significado dessa política se faz necessário compreender o que é Política Pública. Conforme o INEP,

[...] Essa Política é de responsabilidade do Estado, com base em organismos políticos e entidades da sociedade civil, se estabelece um processo de tomada de decisões que derivam nas normatizações do país, ou seja, nossa Legislação. As Políticas Públicas envolvem todos os grupos de necessidades da sociedade civil, que são as Políticas Sociais, estas determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas em princípio, à redistribuição dos benefícios sociais. (INEP, 2006, p. 165).

Levando em consideração que as Políticas Públicas são ferramentas utilizadas pelo Estado para garantir os direitos sociais aos cidadãos brasileiros, e dentre eles o direito à educação, é implementada no Brasil a Política Nacional de Educação, com o intuito de promover a efetivação desse direito. No decorrer dos anos esta política fora definida de formas diferentes, por envolver interesses políticos diversos, entretanto, a Política Educacional de um País precisa ser guiada pelo povo, respeitando o direito de cada indivíduo e assegurando o bem comum. Vale ressaltar que a partir da implementação da Política Nacional de Educação surgem outras políticas que são desdobramentos da mesma, um exemplo disso é a Política de Educação Inclusiva, que abordaremos a partir de agora.

A luta pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social. Essa luta gira em torno da garantia da educação como um direito de todos e dever do Estado, bem como do direito a igualdade de acesso e permanência na escola presentes na Constituição Federal.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino traz à tona a necessidade de avaliar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão, a partir da criação de sistemas educacionais inclusivos. A partir destes pressupostos, o Ministério da Educação apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

A educação especial brasileira se organizou para o atendimento ao ensino comum, trazendo a tona diferentes compreensões e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas. O atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais teve início ainda no período Imperial, com a criação de instituições como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criado em 1854, hoje chamado de Instituto Benjamin Constant (IBC), e o

Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atualmente Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES). No ano de 1926 é fundado o Instituto Pestalozzi, especializado no atendimento às pessoas com deficiência mental; já o atendimento a pessoas superdotadas recebeu atenção pela primeira vez em 1945, é criada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Em 1961, o atendimento educacional às pessoas portadoras de necessidades especiais passa a ser fundamentado pelas disposições da LDB (Lei nº 4.024/61). No ano de 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), órgão responsável pela gerência da educação especial no Brasil. Vale frisar, que a Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem qualquer forma de discriminação” (art.3º, inciso IV). Junto a isso, o artigo 205 afirma a educação como um direito de todos, visando garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Já no seu artigo 206, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Outro marco importante ocorreu em 1994, com a publicação da Política Nacional de Educação Especial que deu acesso a pessoas portadoras de necessidades especiais às classes regulares de ensino.

A atual LDB 9.394/96, em seu artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos: currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Sobre isso o MEC elucida,

O Decreto nº 3.298/99 vem regulamentar a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, pois define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, uma educação de qualidade para todos (MEC, 2006, p.193).

Outro fator importante para a consolidação da Educação Inclusiva foi a Lei nº 10.436/02 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão. A Portaria nº 2.678/02 do MEC aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, e a difusão do sistema Braille em todo o território Nacional. Em 2003, o MEC implanta o Programa Educação Inclusiva, buscando promover a formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização. Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento “O Acesso de Alunos Portadores de Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, que tem

por finalidade a disseminação dos conceitos e diretrizes mundiais para inclusão. O Decreto nº 5.296/04 estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida. E finalmente, em 2006 é aprovada pela ONU a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil é seguidor. Essa convenção além de estabelecer que o Estado deve assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, traz também à tona as ideias de maximização do desenvolvimento acadêmico e social que compatível com a meta da plena participação e inclusão. Partindo dessa assertiva, percebe-se que a educação superior juntamente com a educação fundamental e do ensino médio, constitui-se no pilar do Estado Democrático de Direito, tendo em vista à formação do cidadão que será responsável pelo futuro e pelo desenvolvimento desse país.

No que tange a Educação Inclusiva no Ensino Superior, esta pode ser promovida tanto pelo Poder Público como pela Iniciativa Privada, conforme regulamenta a LDB/1996:

Art. 44º. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino; II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino (LDB FÁCIL, 2006, p.139).

Através destes dispositivos expostos na LDB, percebe-se que na esfera superior de educação são oferecidas mais que as bases do conhecimento. Aquilo que se oferece está para além dos limites institucional. Seguindo essa linha de pensamento, Faria afirma:

Na Educação Superior tem-se em vista a formação e disseminação do conhecimento, o desenvolvimento do saber científico, a promoção humana, sem perder de vista a busca pela criação e efetivação de melhorias sociais. Logo, não se pode cogitar a exclusão de determinados setores da sociedade desse processo de desenvolvimento científico e do saber por motivos de desigualdade. Ao contrário, deve haver compromisso do Estado e da sociedade no sentido de proporcionar aos “excluídos” o acesso ao ensino superior, até em razão de, através desse comportamento, não apenas diminuir as desigualdades existentes no nosso país, mas também contribuir para o desenvolvimento do mesmo (FARIA, 2005, p. 93).

Tomando por base os pressupostos apresentados, chega-se a compreensão de que a inclusão no âmbito do ensino superior pode ser alcançada mediante a análise do acervo normativo Constitucional e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seus

diversos dispositivos. Também vale destacar a importância da decretação do Plano Nacional de Educação pelo Congresso Nacional, cujo objetivo é a redução das desigualdades sociais e regionais no que tange ao acesso e à permanência no ensino superior, facilitando às minorias vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino.

2.2 Reconhecimento Institucional

O Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicossocial (NAPPS), localizado no 2º piso da Biblioteca Jacinto Uchôa de Mendonça, situada na Universidade Tiradentes Campus Farolândia, surgiu no ano 1996 através de um projeto elaborado por um grupo de professores dos cursos de Serviço Social e Psicologia da Universidade Tiradentes, através de conversas informais e da crescente procura dos alunos por um polo de apoio, esses professores chegaram à conclusão de que havia a necessidade de uma intervenção direcionada a este aspecto, foi a partir desta problemática que surgiu o NAPPS, tendo como objetivo contribuir para o crescimento e desenvolvimento da Universidade.

A princípio, o NAPPS atendia pela nomenclatura de Núcleo de Apoio Psicossocial (NAPS), pois seus atendimentos estavam voltados especificamente à área psicossocial. Posteriormente devido à crescente demanda por serviços pedagógicos, tais como monitoria, tutoria e atendimento psicopedagógico, foi acrescentado mais um “P” a sua nomenclatura, passando a se chamar Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicossocial. Durante o período de implantação, o NAPPS funcionava no mini shopping da Universidade Tiradentes Campus Farolândia em um espaço cedido pela instituição. Ainda neste início o núcleo atuava com três políticas setoriais: saúde, assistência e educação. Com o passar do tempo, a coordenação percebeu que seria mais eficiente se dedicar a uma política específica, a da educação na área do ensino superior, que, por sinal, permanece até os dias atuais. Com relação aos atendimentos, esses eram concebidos de forma breve e caso houvesse necessidade de acompanhamento contínuo o usuário seria encaminhado para outros serviços. Já com relação aos grupos de estudos, esses eram constituídos para discussão de temas de interesses curriculares e extracurriculares. A equipe multiprofissional trabalhava um tema a cada bimestre, sendo que a escolha desse tema estava sempre relacionada às necessidades apresentadas pela clientela.

Contando com professores das áreas de Serviço Social e Psicologia, tutores e

monitores o NAPPS realizavam atendimento individualizado ou coletivo. Os usuários passavam por uma triagem realizada pelos profissionais de Serviço Social e caso houvesse de fato a necessidade de um acompanhamento psicológico, os usuários seriam encaminhados para atendimento com profissionais da área. Além de assistir alunos da Universidade o NAPPS poderia assistir também ex-alunos, bem como pessoas da comunidade.

A equipe multiprofissional trabalhava um tema a cada bimestre, sendo que a escolha desse tema estava sempre relacionada às necessidades apresentadas pela clientela. Apesar de possuir grande relevância tanto para a instituição quanto para os usuários, o projeto não vingou, ficando arquivado por mais de 10 anos. Sendo desenvolvido efetivamente somente em 2009, porém, de forma mais ampla, com novos objetivos.

Atualmente, o NAPPS encontra-se localizado no 2º piso da Biblioteca Jacinto Uchoa de Mendonça, com instalações próprias e condizentes com as necessidades do Núcleo, além disso, dispõe de uma equipe multiprofissional composta por Assistente Social, Psicólogos, Psicopedagogo, Interprete de Línguas, Tutores, Monitores, Assistente Administrativo e estagiários. Os trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo continuam na mesma linha, porém, de forma mais abrangente e com objetivos alargados.

O NAPPS tem por objetivo prestar atendimento aos alunos que possuam algum tipo de dificuldade quanto à aprendizagem ou que sejam portadores de necessidades especiais. Traz como princípio integrar e incluir suas ações ao universo pedagógico, desenvolvidas pelos diversos setores e articuladas com as práticas acadêmicas, pautando-se na Política Nacional de Educação Inclusiva. Quanto aos objetivos operacionais o Núcleo visa: informar a comunidade acadêmica sobre a legislação e normas educacionais que beneficiem os alunos com necessidades especiais, oferecer assessoramento técnico pedagógico dos professores, coordenadores e alunos, possibilitando o uso de equipamentos especiais acessíveis, disponibilizar tradutor de libras em sala de aula.

Além de ter como principal objetivo promover o desenvolvimento integral do discente e dos colaboradores através de ações individuais e conjuntas com seus familiares visando o aperfeiçoamento em suas múltiplas dimensões, propiciando a melhoria no processo de ensino/aprendizagem, O NAPSS busca através da acessibilidade os caminhos da Inclusão a alunos portadores de necessidades especiais ou dificuldades de aprendizagem.

As ações para inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais não foram objeto da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/1996) ao tratar da Educação Superior. O esboço para tal mudança começou com a Portaria nº 1.679 de dezembro de 1999 determinando a inclusão de novos instrumentos que avaliam as Instituições de Ensino Superior (IES) com relação à acessibilidade a pessoas portadoras de necessidades

especiais. Entretanto, sua aplicabilidade só ocorreu no ano de 2003 com a Portaria nº 3.284.

No que tange a estrutura física o Núcleo está organizado da seguinte forma: (1) sala de arquivo composta por (3) armários, (1) mesa e (1) cadeira. Essa sala serve também de copa para os funcionários, tendo (1) armário para o uso pessoal dos mesmos e para disposição de alimentos para suas refeições; (5) boxes para atendimentos de tutoria e monitoria, bem como para o uso dos estagiários das áreas de serviço social e psicologia. Esses boxes são compostos por (1) mesa, (3) cadeiras, (1) computador e lixeira; (1) sala para atendimento psicológico e também para atendimento psicopedagógico, dispondo de (1) mesa com computador, (3) cadeiras, lixeira, (1) poltrona, (1) tapete, almofadas e objetos pessoais dos profissionais; (1) sala para atendimento social e também coordenação, composta por (1) mesa com computador e impressora, (3) cadeiras, (1) lixeira, (1) armário de arquivo, bem como objetos pessoais da assistente social e coordenadora; (1) recepção contendo (1) mesa com computador e impressora, (3) cadeiras, (1) lixeira, objetos pessoais dos profissionais e (1) sofá.

No que diz respeito aos recursos humanos, o núcleo conta com: (1) coordenadora que também é a assistente social responsável pela mediação de todos os processos que são demandados à instituição, pela realização e execução de projetos e atendimento aos estagiários do núcleo; (2) psicólogos responsáveis pelos atendimentos psicológicos; (1) psicopedagogo responsável pelo atendimento psicopedagógico; (1) monitor responsável pelo serviço de monitoria para alunos com dificuldades de aprendizagem. Esse é um mediador entre o professor e a turma; (25) tutores responsáveis pelo serviço de tutoria a alunos com dificuldades de aprendizagem, esta recai sobre as disciplinas que tem maior índice de reprovação. Os tutores são professores da UNIT; (2) Intérpretes de línguas, responsáveis pelo atendimento aos usuários portadores desse tipo de necessidade; (1) assistente administrativa responsável pelo agendamento dos atendimentos, recepção e lista de frequência dos estagiários; (2) estagiários extracurriculares responsáveis por desenvolver atividades referentes ao NAPPS e (4) estagiários curriculares, sendo (2) da área de serviço social e (2) da área de psicologia.

Com relação aos serviços prestados pela instituição, o NAPPS oferta atendimento aos alunos que possuem necessidades especiais como esquizofrenia, dislexia, discaulia, afasia, dislalia, disgrafia, dificuldade de aprendizagem, deficiência visual, auditiva, dentre outros. Tais atividades são efetivadas por meio de acolhimento, triagem, encaminhamentos, atendimentos individuais ou coletivos, atendimento aos familiares dos alunos, acompanhamento das tutorias e monitorias através da frequência, busca parcerias, planejamentos e elaboração de relatórios mensais, semestrais, bem como plano de ação do projeto de intervenção, de forma a manter um fluxo de informações. Além dos educandos,

também são atendidos professores e colaboradores que necessitam de orientação.

Em geral os usuários do Núcleo são alunos da própria instituição que possuem algum grau de dificuldade quanto à aprendizagem ou que sejam portadores de algum tipo de necessidade especial. De acordo com dados disponíveis na Instituição, o perfil dos usuários se descreve da seguinte forma: dentre os atendimentos realizados a maioria dos usuários são do sexo feminino; no que diz respeito à idade os atendimentos são mais frequentes a usuários entre 16 a 35 anos, também são atendidas pessoas com idade entre 35 e 50 anos, porém de forma menos frequente; já com relação aos tipos de deficiência a predominância recai sobre os usuários que possuem algum tipo de dificuldade quanto à aprendizagem, seguida dos usuários portadores deficiência auditiva ou visual, timidez excessiva e dificuldade de relacionamento. Esta dificuldade de aprendizagem se dá, sobretudo, sobre as disciplinas com maior índice de reprovação, sendo elas: Direito Processual Civil IV; Direito Administrativo; Direito Tributário; Linguagem da Propaganda; Produção Gráfica; Química Geral; Atividades Rítmicas; Farmacologia Aplicada a Enfermagem; Semiotécnica de Enfermagem; Anatomia Humana I; Textologia; Química Geral; Química Inorgânica. Cálculo I e II, Geometria Analítica; Álgebra, Vetorial; Cirurgia Oral; Anatomia Cabeça e Pescoço etc.

Um fator importante é que a equipe de profissionais está permanentemente planejando intervenções que possam ajudar aos alunos nos seus múltiplos momentos da vida acadêmica, além de está sempre atenta as demandas que possam surgir aleatoriamente. Além disso, o núcleo traz também como atribuições o planejamento e programação de estratégias de atendimento para pessoas com necessidades especiais. Essas atribuições da equipe do NAPPS estão alinhadas as ações em favor da inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais nas instituições de ensino superior, cuja base norteadora é a portaria nº 3.284 de 07 de dezembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de instituições de ensino superior.

No que tange aos projetos desenvolvidos pelo Núcleo, esses estão voltados em sua maioria para o atendimento aos usuários portadores de necessidades especiais e/ou que possuam algum tipo de dificuldade quanto a aprendizagem. Grande parte desses projetos é desenvolvida por estagiários do curso de serviço social. Dentre estes, podemos citar alguns que tiveram grande êxito e foram desenvolvidos recentemente: Sarauteca Especial, direcionado a diversos públicos, tendo como objetivo integrar a comunidade acadêmica à comunidade externa e vice-versa, levando em consideração o potencial de alunos com necessidades educacionais especiais; e o Projeto Redescobindo o NAPPS, que teve por objetivo desmistificar o olhar deturpado sobre o núcleo, bem como divulgar e fortalecer a

importância desse espaço para a comunidade universitária.

Além dos projetos desenvolvidos na própria Universidade o NAPPS por meio da coordenadora, juntamente com o psicopedagogo do núcleo, e com o auxílio dos estagiários de serviço social, desenvolvem projetos sociais para além dos limites da instituição, um exemplo disso foi o projeto “celebrar a vida para valorizar a paz e fortalecer a família no amor do pai”, realizado na Comunidade Três Porquinhos, situada no Robalo, com o objetivo de minorar agravantes sociais, tais como: violência, gravidez na adolescência, desemprego etc. Isso nos leva a compreensão de que o NAPPS possui o compromisso de contribuir para o desenvolvimento integral do ser humano, buscando não só o desenvolvimento da Universidade, mas também uma transformação societária.

2.3 O Serviço Social na Instituição

O Serviço Social está inserido no NAPPS atuando no enfrentamento das expressões da questão social. A origem de sua atuação se deu juntamente com a fundação do Núcleo no ano de 1996, sendo um dos colaboradores para a criação e implantação do mesmo. Nesse campo de atuação as ações do serviço social são definidas em duas esferas: Gestão e Específica. Na Gestão há acompanhamentos das monitorias, através de folhas de frequência e avaliação dos atendimentos pedagógicos e psicossociais, busca de parcerias para atendimento de alunos com deficiência, reuniões sistemáticas com a diretoria de graduação de forma a manter um fluxo de informações e relatórios mensal e semestral. Na esfera Específica o serviço social trabalha com triagem, atendimento ao aluno que procura apoio pedagógico e psicossocial, encaminhamentos ao psicólogo, levantamento dos alunos portadores de necessidades especiais ou dificuldades de aprendizagem, reunião com coordenadores e professores, nos quais são discutidas formas de atendimento e avaliação, acolhimento, dentre outros.

Vale destacar que a atuação do Serviço Social no NAPSS está pautada no Código de Ética da profissão. De acordo com o explícito no do Código Ética, o assistente social deverá guiar-se pelos Seguintes princípios:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas

sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (BRASIL, 1993).

Pautado nos princípios explícitos acima, compreende-se que, o assistente social enquanto profissional capacitado deve utilizar-se de suas atribuições e competências de forma ética, visando contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, utilizando-se da educação como espaço de mudanças, favorecendo a consolidação da cidadania. Desta forma, compreende-se que o Serviço Social encontra no NAPPS um espaço privilegiado de atuação. Posto que, o referido espaço permite o contato direto com os usuários e suas respectivas necessidades, sobretudo, no que tange as necessidades de ordem pedagógicas, que por vezes são frutos de necessidades de outra ordem, tais como: econômicas, sociais, familiar, etc. Sendo assim, o Serviço Social desenvolve suas ações a partir da lógica da superação, da superação tanto das dificuldades pedagógicas enfrentadas pelos usuários, como da superação de outras dificuldades que vão além dos limites da Instituição. Vale frisar ainda, que o Serviço Social no NAPPS desenvolve suas ações em parceria com outros profissionais, tais como psicólogos e psicopedagogos, fortalecendo desta forma a importância do trabalho interdisciplinar e sua contribuição para a consolidação de uma nova realidade.

2.4 Diagnóstico

O NAPPS está localizado na Universidade Tiradentes, situada no bairro Farolândia. Este bairro surgiu no ano de 1960 e recebeu esse nome, porque seu surgimento se deu em torno do farol. O referido farol foi planejado no ano de 1854 pelo presidente provincial de Sergipe, sendo inaugurado dia 12 de outubro de 1861 e estando em atividade até o ano de 1991, quando foi substituído pelo farol da Coroa do Meio. Em 2009 foi realizada uma reforma no antigo farol, incluindo a construção da Praça Tenente Domingues Fontes, hoje considerada um ponto turístico.

A Farolândia está situada na zona sul da Capital Aracaju. A princípio o bairro era composto pelos Conjuntos Augusto Franco e Mar Azul, posteriormente, após a construção da

Universidade Tiradentes, o bairro passou um período de grandes avanços. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/2010, a Farolândia possui 38.257 habitantes e 12.180 domicílios, sendo um dos bairros mais populosos de Aracaju. Além disso, o bairro ainda conta com uma variedade de bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, supermercados, padarias, farmácias, centros comerciais, escolas, clínicas, unidade de pronto atendimento, agências bancárias, casa lotérica, agência dos correios, postos de gasolina, feira livre, salões de beleza, borracharias etc.

Com relação à saúde, a situação não é diferente das demais realidades sergipanas, e por que não dizer brasileira. Embora conte com uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Zona Sul Desembargador Fernando Franco e com a Unidade de Saúde da Família (USF) Augusto Franco, a precariedade no acesso aos serviços, a falta de equipamentos, de leitos, de medicamentos e dos próprios profissionais, deixam a população da Farolândia em constante situação de risco.

No que tange a educação, podemos dizer que o bairro é composto por uma ampla rede de instituições educacionais. A Farolândia conta com doze colégios particulares, quatro escolas públicas, uma biblioteca e uma universidade. Entretanto, há de se levar em consideração que nem toda a população residente no bairro possui condições de acesso a educação. Muitos estão excluídos desta realidade por conta da sua condição financeira, por algum tipo deficiência física ou até mesmo por algum outro tipo de preconceito. Sem contar com as precárias condições das escolas públicas, que deixam a desejar tanto na sua estrutura física quanto nos recursos disponibilizados.

Quanto a Assistência Social, o bairro conta com o CRAS Antônio Valença Rolemberg, responsável pelo atendimento da população, sobretudo das pessoas e/ou grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade, tais como mulheres, crianças e adolescentes, idosos, famílias com baixa renda etc.

No que diz respeito aos meios de transporte público, o bairro conta com nove linhas de ônibus. Vale ressaltar, que por ser um dos bairros mais populosos de Aracaju a quantidade de transporte público disponibilizado não é suficiente, causando transtornos a população, sobretudo, por conta da superlotação, agregando-se a isso o péssimo estado de conservação dos ônibus, bem como a falta de pontualidade.

A segurança é um fator que merece especial atenção. Levando em consideração que a violência em Aracaju tem crescido frequentemente subentende-se que no bairro Farolândia a realidade não é diferente, a prova disso são os constantes assaltos, roubos, furtos que a população tem enfrentado. Dois fatores que tem contribuído para o crescimento desta realidade é a concentração de alunos próximo da UNIT e falta de policiamento na região.

Aliás, essa é uma grande reivindicação da comunidade, um policiamento mais ostensivo, já que ali só existe a 4ª Delegacia Metropolitana, o que não é suficiente para atender à demanda da comunidade.

Quanto aos Serviços Públicos, o bairro contempla água, luz, esgoto, coleta de lixo e pavimentação. O saneamento básico foi recentemente reformado, sendo que a maioria dos antigos canais foram cobertos, construindo-se nestes locais um amplo espaço para lazer e exercícios físicos.

Por fim, compreende-se que a Farolândia, embora seja um bairro desenvolvido, ainda enfrenta sérios problemas, tais como: precariedade nos serviços de saúde, educação, assistência social e segurança, cabendo-nos o papel de lutar para que esses direitos constitucionais sejam, com efeito, efetivados e para que melhorias sejam implantadas.

3. RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

3.1 Proposta de Intervenção

Antes de adentrar a proposta de intervenção, torna-se indispensável fazer algumas colocações relacionadas ao campo do Estágio II, já que por necessidade houve a mudança de campo. Neste sentido, serão abordadas informações relacionadas ao reconhecimento institucional, aos serviços prestados pela instituição e a atuação do serviço social na mesma. Além disso, também será feito um breve diagnóstico social do Município de Nossa Senhora da Glória.

O Instituto Federal de Sergipe (IFS) Campus Nossa Senhora da Glória, localizado na Rodovia Juscelino Kubitscheck, s/n. Parque de Exposições João de Oliveira Dantas, Nossa Senhora da Glória/ Sergipe é fruto da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, promovido desde 2005 pelo Governo Federal através do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Por meio desse processo de expansão, em 2008 foi autorizada a construção de 150 novos campi pelo país, dentre os quais (03) no Estado de Sergipe, sendo (01) no município de Nossa Senhora da Glória.

A implantação do Campus em Nossa Senhora da Glória se deu entre 2011 e 2012, buscando promover o desenvolvimento sustentável do território do alto sertão sergipano. Inicialmente entraram em funcionamento os cursos subsequentes de técnico em alimentos e técnico em agroecologia e, superior em tecnologia em laticínio. Em 2015, o Campus inseriu mais uma opção de curso regular: técnico em agropecuária, o primeiro na modalidade integrada ao ensino médio. Além desses cursos, o Campus oferta mais três programas complementares do Governo Federal que objetivam a ampliação do acesso ao ensino profissional, científico e tecnológico. Vale ressaltar que os cursos ofertados visam colaborar com o desenvolvimento da agricultura e do comércio da região.

Com relação às instalações físicas, O IFS Campus Glória ainda não conta com estrutura própria, posto que a construção do polo localizado no povoado Piabas, situado na Rodovia Juscelino Kubitscheck ainda não foi concluída. Entretanto, desde sua implantação em 2011 foram firmados convênios com a Prefeitura Municipal e com o Governo do Estado, por meio da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), que permitiram o início das atividades, provisoriamente, no Parque de Exposições João de Oliveira Dantas.

Atualmente o IFS Campus Glória dispõe de: Anexo I composto por guarita, sala de Gerência Administrativa, copa, banheiros masculino e feminino, sala de aula, laboratório de informática; Anexo II composto por Gabinete, sala de Diretoria Geral, sala de Coordenadoria de Gestão de Pessoas e Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI), sala de Gerência de Ensino, Assessoria de Comunicação (ASCOM), Núcleo de Apoio ao Estágio (NAE), sala de Coordenação do Curso, sala dos Professores, sala da Coordenadoria de Assistência Estudantil (COAE), Núcleo de Apoio às Pessoas Portadoras de Necessidades Específicas (NAPNE), Coordenadoria de Saúde Escolar (COSE), Coordenadoria de Registro Escolar (CRE), salas de aula, biblioteca, mini auditório, laboratório multifuncional, espaços de convivência e estudo para os alunos, banheiros femininos e masculinos e almoxarifado. Além dessas instalações o Campus dispõe ainda da área de campo, utilizada para desenvolvimento de parte das atividades práticas, tais como plantação. As atividades de laboratório e de campo que não dispõem de estrutura no Parque de Exposições são realizadas em visitas técnicas a propriedades rurais, instituições e empresas parceiras da região. Também são realizadas aulas práticas em outros campi do Instituto Federal de Sergipe e mesmo em outros Institutos Federais.

No que tange a Estrutura Organizacional o Campus Glória está organizado da seguinte forma: *Direção Geral* composta por Gabinete do Diretor e Assessoria de Comunicação Social e Eventos, Coordenadoria de Planejamento (a implantar), Coordenadoria de Gestão de Pessoas, Coordenadoria de Tecnologia da Informação; *Gerência Administrativa* composta por Coordenadoria de Administração, Coordenadoria de Protocolo e Arquivo, Coordenadoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças, Coordenadoria de Produção Gráfica, Coordenadoria de Conformidade de Registro, Coordenadoria de Almoxarifado e de Patrimônio, Coordenadoria de Licitações, Coordenadoria de Manutenções, Coordenadoria de Contratos, Coordenadoria de Transporte; *Gerência de Ensino* composta por Assessoria Pedagógica- Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas, Coordenadoria de Controle Docente e Discente, Coordenadoria de Registro Escolar, Coordenadoria de Cursos, Coordenadoria de Pesquisa e Extensão, Coordenadoria de Biblioteca, Coordenadoria de Assistência Estudantil, Núcleo de Apoio ao Estágio, Coordenadoria de Saúde Escolar, Coordenadoria de Ensino à Distância (a implantar). Toda essa estrutura organizacional conta com uma equipe multiprofissional extremamente capacitada.

Com relação aos objetivos institucionais, num âmbito geral, de acordo com informações expressas no Site do Instituto Federal de Sergipe, a referida Instituição tem como objetivo:

Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; Ministar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional. Ministar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia; d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização; e) cursos de pós-graduação strictu sensu de mestrado e doutorado.

Pautado nos objetivos expostos acima, o IFS Campus Nossa Senhora da Glória busca promover o desenvolvimento sustentável do território do alto sertão sergipano por meio da oferta de cursos e programas que possibilitem a qualificação técnica e inclusão social da população, bem como, através da realização de pesquisas e de inovações tecnológicas que possibilitem suprir as principais demandas socioeconômicas regionais.

No que tange aos serviços prestados pela instituição, realiza serviços ligados ao ensino, pesquisa e extensão para cursos de ensino médio, técnico subsequente e integrado e cursos de nível superior. Suas ações são desenvolvidas através da observância das diretrizes da Política Nacional da Educação e do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação. E traz como princípios norteadores, o compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática.

A inserção do Serviço Social no IFS Campus Nossa Senhora da Glória não se deu paralelo à sua implantação. Como mencionado em outro momento, à implantação do IFS/Glória se deu no início de 2011, e, somente após sua implantação, atendendo a necessidade e a importância do profissional de Serviço Social para atuar junto a outros profissionais, a Diretoria de Assistência Estudantil (DIAE) fez solicitações a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas objetivando a alocação do profissional da área. A solicitação, entretanto, não foi atendida imediatamente. Desta forma, tendo que iniciar as atividades do Campus, a DIAE designou duas (02) Assistentes Sociais para realizar o cadastramento dos estudantes no até então Programa de Inclusão Social (PSIOC), instituído pela Portaria nº 276 de 15 de Março de 2010. Finalmente, em Julho de 2011, a solicitação da DIAE foi atendida e um profissional de Serviço Social fora lotado para o Campus IFS do sertão sergipano, e a partir de então o Serviço Social passou a desenvolver suas atribuições junto a toda equipe.

As atribuições iniciais do Serviço Social no IFS/Glória estiveram voltadas a identificação dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e cadastramento em programas de bolsas e auxílios. Como já foi elucidado, o programa vigente na época da implantação do IFS/Glória era o PSIOC. Entretanto, em 2012 PSIOC foi substituído pelo Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS (PRAAE/IFS), através da Portaria nº 1.488 de 31 de Julho de 2012, neste momento, as diversas ações junto aos estudantes são de fato institucionalizadas e normatizadas, posto que, anteriormente havia somente a Portaria do Programa PSIOC, sem as devidas normatizações dos auxílios concedidos. Em 2015 o PRAAE passa por alterações através da Portaria nº 45/CS/IFS de 2015, direcionando a todos os estudantes ações focalizadas e universais, ou seja, as ações passam a ser direcionadas a estudantes em situações de vulnerabilidade socioeconômica ou não. A partir destas mudanças, o serviço social passa a atuar não somente na seleção de auxílios, mas também em outras demandas apresentadas pela instituição.

Vale salientar que atualmente o Serviço Social do IFS Campus Nossa Senhora da Glória compõe a equipe de Coordenadoria de Assistência Estudantil (COAE), que é composta também por (01) enfermeira, (01) pedagoga e (01) psicóloga. A saber, a Assistência Estudantil é fruto de mudanças pela qual a educação brasileira vem passando. Em 2010 foi instituído através do Decreto Federal 7.234 o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que traz como a finalidade “a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras e ampliar as condições de permanência” (BRASIL, 2010).

É dentro deste contexto que se insere a atuação do Serviço Social no IFS. Fundamentalmente, sua intervenção no campus se dá na seleção de auxílios estudantis, que ocorrem semestralmente por edital e que estão fundamentados pelo PNAES. Ocorrem também demandas trazidas por professores para acompanhamento de estudantes, sobretudo, de estudantes que possuem perfil de vulnerabilidade ou estão apresentando alguma dificuldade sócio-pedagógica, e demandas espontâneas. Além disso, o Serviço Social é requisitado para pensar e formular resoluções institucionais relacionados à matéria de Serviço Social.

No que tange ao perfil dos usuários, tratam-se de estudantes do ensino médio técnico subsequente e integrado ou superior, com idades entre 14 anos até estudantes com idade superior a 40 anos. São estudantes que possuem perfil de vulnerabilidade socioeconômica, com renda familiar de até um salário mínimo e meio (conforme previsto pelo PNAES). Os usuários possuem perfil familiar variado, pois, alguns estudantes moram sozinhos; residem

e/ou dependem financeiramente dos pais; trabalham; são arrimos de família; são pais e mães de família ou estão desempregados.

Com relação aos projetos desenvolvidos na Instituição, atualmente, além das demandas institucionais mencionadas, o Serviço Social vem desenvolvendo dois projetos: um de pesquisa e outro de extensão (Assistência Estudantil em foco: a pesquisa-ação no estudo de novas práticas no IFS/Campus Nossa Senhora da Glória. E, Projeto Fênix: transpondo conceitos e práticas de Assistência Estudantil no Campus Nossa Senhora da Glória), respectivamente. Ressalta-se que tais projetos foram selecionados através de editais específicos que foram abertos pela Pró-Reitoria de Extensão (PROPEX/IFS) e destinados para selecionar projetos em todos os campi do IFS.

No mais, o Serviço Social no IFS desenvolve suas ações pautando-se nos princípios éticos, buscando contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, sobretudo através da Educação, espaço privilegiado de transformações sociais.

A respeito do Município de Nossa Senhora da Glória, será feito um breve diagnóstico social, visando contribuir para compreensão das condições socioeconômicas em que o IFS se insere.

O Município desenvolveu-se inicialmente como um povoado na localidade conhecida por Boca da Mata, na jurisdição do Município de Gararu, entre os anos de 1600 e 1625 quando se deu a instalação dos primeiros currais de gado. Foi justamente às atividades voltadas à agropecuária que atraíram novos moradores, dando origem ao povoado que inicialmente recebeu o nome de sua localidade: Boca da Mata. No ano de 1922 passou à categoria de vila e sede do 2º Distrito e Paz com a denominação de Nossa Senhora da Glória, subordinada aos Municípios de Gararu e Porto da Folha, sendo elevado à categoria de Município pela lei nº 1014, de 26 de Setembro de 1928, desmembrando-se de Gararu e Porto da Folha.

Atualmente, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Município de Nossa Senhora da Glória conta com uma área territorial de 756,409 km, e população de 32. 497 habitantes; além disso, conta com (18) estabelecimentos de saúde do SUS; (52) escolas, sendo (45) da rede pública e (07) da rede privada; também conta com (01) Campi do Instituto Federal de Sergipe (IFS) e um Polo da Universidade Federal de Sergipe (UFS) que fora implantado recentemente. Dispõe também de (72) fundações privadas e associações sem fins lucrativos. O comércio é composto por uma variedade de estabelecimentos, tais como: lojas, restaurantes, lanchonetes, hotéis, supermercados, padarias, farmácias, clínicas, agências bancárias, casas lotéricas, agência dos correios, postos de gasolina, feira livre, salões de beleza, borracharias etc.

Com relação aos serviços de saúde, educação, segurança e assistência à situação não diverge das demais realidades do País. No que tange a saúde, há precariedade no acesso aos serviços, faltam recursos, leitos e também profissionais qualificados. Com relação à educação, embora o Município possua uma ampla rede de instituições educacionais é preciso considerar que assim como em outras localidades do País a rede pública de ensino deixa muito a desejar. Há precariedade na estrutura, nos recursos, nos serviços prestados e até mesmo no acesso à educação. No que diz respeito à Assistência Social o Município conta com (01) Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), cujo objetivo é atender as demandas sociais de alta e média complexidade, isto é, atender famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, tais como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida protetiva; situação de rua; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à comunidade por adolescentes, dentre outras. Além do CREAS o Município também conta com (01) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), responsável pelo atendimento de demandas sociais de baixa complexidade, ou seja, de pessoas e/ou grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade, tais como mulheres, crianças e adolescentes, idosos, famílias com baixa renda etc. No que diz respeito à segurança é necessário levar em consideração que a violência tem crescido substancialmente em todo país. A prova disso são os constantes assaltos e furtos que a população Gloriense tem enfrentado. É fato que o crescente desenvolvimento econômico do Município tem contribuído para o alastramento desta infeliz realidade. Por este motivo, embora já contasse (01) Batalhão de Polícia e (01) Delegacia, recentemente foi implantado no Município o Pelotão da Caatinga, da qual a sociedade espera maior respaldo. Quanto aos Serviços Públicos, o Município conta com pavimentação, água, luz, esgoto, coleta de lixo, etc.

Findadas as colocações a respeito do campo de estágio, adentraremos agora a proposta de intervenção.

A intervenção teve como título: Projeto de Intervenção Colcha de Retalhos: respeitando as diferenças. A escolha do tema deste projeto se deu a partir da problemática identificada através da construção do Diagnóstico Social do Município de Nossa Senhora da Glória e do estudo do Projeto de Extensão Intitulado “Fênix: transpondo conceitos e práticas da Assistência Estudantil no Campus Nossa Senhora da Glória”, que está sendo executado pela Coordenadoria de Assistência Estudantil (COAE) do IFS/ Campus Glória, da qual atualmente faço parte como estagiária. Com base nestas análises, verificou-se nas Instituições

de Ensino da cidade de Nossa Senhora da Glória/SE situações de desrespeito, preconceito, bullying, indiferença, intolerância, etc. Extrapolando aquilo que preconiza os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) no que tange ao eixo “Pluralidade Cultural e Educação Inclusiva”, ou seja, o respeito às diferenças.

Levando em consideração que o respeito às diferenças é uma realidade que deve permear todas as esferas da sociedade e, sobretudo os ambientes educacionais, considerando que as Instituições de Ensino são espaços privilegiados de debates e construção de conhecimentos, tornou-se imprescindível a elaboração deste projeto, pautando-se nos Direitos Constitucionais, no Plano Nacional de Educação, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, bem como na lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 que regulamenta e define as Atribuições e Competências do Assistente Social.

Diante dessa realidade, esta intervenção tem como principal foco a construção de novos conceitos a respeito das diferenças, bem como o desenvolvimento de reflexões sobre a importância da prática educacional inclusiva como meio de superação das desigualdades dentro e fora das escolas. Justificando-se por sua relevância tanto para a formação acadêmica da graduanda do Curso de Serviço Social (por se tratar de uma temática advinda da questão social, e como tal objeto de intervenção do Serviço Social) como para Comunidade Escolar alcançada, que passará a ver essa realidade de outra forma e, conseqüentemente, agir de forma nova, transformando a realidade a sua volta, fazendo com que outros compreendam que apesar de algumas diferenças somos iguais em direitos e dignidade.

O projeto terá como público alvo discentes do 6º ano ‘D’ da Escola Municipal Tiradentes. Objetivando sensibilizá-los a respeito da sua responsabilidade na superação de toda forma de discriminação e preconceito, pautando-se nos valores Constitucionais da Igualdade e Dignidade da pessoa humana; Orientá-los acerca da importância da educação para a eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação; promover a construção de novos conceitos sobre o valor e a importância do respeito às diferenças.

O projeto será desenvolvido por meio de três etapas, quais sejam: na primeira etapa será realizada visita à Escola na busca de conhecer mais de perto sua realidade. Através do diálogo com educadores e gestores, buscar-se-á identificar as principais dificuldades enfrentadas pela Instituição referentes à temática “*Respeito às Diferenças*”; na segunda etapa será realizada uma mobilização na Escola através da distribuição de panfletos convidativos, na busca de despertar o interesse do público alvo para a participação da terceira etapa do projeto que será concretizada através de um encontro formativo, realizado em parceria com a COAE do IFS/ Campus Glória, onde inicialmente será feita uma dinâmica que abordará a problemática em questão de forma participativa, seguida de uma breve reflexão;

posteriormente será exibido um vídeo a respeito das colocações já abordadas. As atividades serão concluídas com a aplicação de questionários avaliativos.

3.2 Sistemática de operacionalização

O presente relato tem por finalidade sistematizar e descrever as atividades desenvolvidas durante a execução do Projeto de Intervenção Colcha de Retalhos: respeitando as diferenças.

A primeira ação foi realizada em dois momentos, o primeiro no dia 19 de outubro de 2015, às 10h30min, na Escola Municipal Tiradentes no Município de Nossa Senhora da Glória e se caracterizou como um momento de diálogo com o coordenador pedagógico. Este diálogo teve como objetivo identificar as principais demandas institucionais, sobretudo, àquelas relacionadas ao preconceito e discriminação. Já o segundo momento se deu dia 28 de outubro de 2015, às 09h00min, na referida escola e também se caracterizou como momento de diálogo, nesta etapa estiveram presentes além da estagiária e do coordenador pedagógico, a supervisora de campo juntamente com a equipe da Assistência Estudantil do IFS/Glória e teve como objetivo principal conhecer um pouco mais sobre o perfil dos alunos. A partir desse perfil foi eleita à turma do 6º ano 'D' para a execução das ações posteriores, finalizando as atividades da primeira ação.

A segunda ação foi executada dia 10 de novembro de 2015, às 09h00min, na mesma Escola. Nessa etapa estiveram presentes a estagiária, o coordenador pedagógico, a professora e alunos do 6º ano D. Essa atividade teve como escopo despertar o público alvo para a participação da terceira e última etapa do projeto, e se materializou através da entrega de panfleto informativo e de algumas explicações a respeito do projeto, tais como: justificativa e objetivos.

A terceira ação do projeto ocorreu dia 16 de novembro de 2015, às 09h10min, e foi executada pela estagiária em companhia da supervisora de campo, juntamente com a Equipe de Coordenadoria de Assistência Estudantil do IFS/ Glória. Essa etapa fora concretizada através de um encontro formativo realizado na turma do 6º ano 'D' da Escola Municipal Tiradentes, tendo como principal finalidade despertar um novo olhar a respeito das diferenças. A materialização desta etapa se deu da seguinte forma: inicialmente foi realizada a dinâmica do autorretrato que abordou de forma participativa a problemática em questão. Após a dinâmica foram realizadas algumas reflexões, questionamentos e colocações abordando o valor do respeito às diferenças e a principais causas e consequências do bullying. Finalizando o momento reflexão foi exibido um vídeo do desenho animado Dumbo que reforçou de forma

clara e sucinta as colocações já realizadas. Posteriormente foi realizada a avaliação do projeto através da aplicação de questionários cujas perguntas foram elaboradas de forma sucinta e com linguagem acessível. As questões estavam relacionadas ao grau de satisfação com o projeto, bem como à absorção do tema trabalhado. Cada pergunta esteve acompanhada de símbolos que indicava o grau de satisfação. A finalidade deste tipo de avaliação foi facilitar o entendimento e fazer com que todos pudessem realizá-la, a fim de se chegar às devidas conclusões acerca dos objetivos alcançados. O encerramento das atividades se deu com a entrega de lembrancinhas e brinde.

3.3 Análise e Síntese da Experiência

Finalizando este trabalho, é válido reafirmar a importância do estágio na formação profissional do Assistente Social. Nesta perspectiva, a Política Nacional de Estágio (PNE) expõe:

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais.” (PNE, 2010, p. 11)

Diante da perspectiva apresentada, compreende-se a grande relevância do Estágio Supervisionado à medida que permite ao estagiário estabelecimento da relação teoria e prática, bem como o despertar da capacidade investigativa, crítica e reflexiva, objetivando capacitar-se para intervenções futuras.

No Estágio I, desenvolvido no Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicossocial (NAPPS), foi possível apreender algumas realidades, sobretudo, através da observação e da prática investigativa. Foram realizadas leituras de relatórios, fichamentos, levantamento de dados da Instituição. Através destas experiências, foi possível compreender que as ações desenvolvidas pelo serviço social no NAPPS estão ligadas a Política Nacional de Educação Inclusiva, visando assegurar a igualdade de acesso e a integralidade dos alunos portadores de necessidades específicas ou que possuem algum tipo de dificuldade relacionada à aprendizagem. Essas ações se materializam através dos acompanhamentos das monitorias, através de folhas de frequência e avaliação dos atendimentos pedagógicos e psicossociais, da busca de parcerias para atendimento de alunos com deficiência, reuniões sistemáticas com a diretoria de graduação, construção de relatórios, acolhimento, triagem, atendimento ao aluno

que procura apoio pedagógico e psicossocial, encaminhamentos ao psicólogo, levantamento dos alunos portadores de necessidades especiais ou dificuldades de aprendizagem, reunião com coordenadores e professores, na qual são discutidas formas de atendimento e avaliação, dentre outros. Embora teoricamente eu tenha apreendido estas informações, infelizmente não foi possível ter um contato maior com a prática devido algumas normas institucionais, segundo a supervisora de campo, este contato viria acontecer no Estágio II, o que não foi possível, uma vez que, por motivos pessoais houve a necessidade de mudança de campo. Além da experiência do estudo institucional, foi possível vivenciar atividades de cunho social, através do projeto Casamento Comunitário, desenvolvido no Robalo, cujo objetivo é proporcional à realização da cerimônia de casamento a casais de baixa renda. Este projeto é encabeçado pela coordenadora do NAPPS e supervisora de campo, juntamente com o psicopedagogo e do NAPPS e pároco da paróquia do Robalo. As experiências desta ação foram sumamente gratificantes à medida que me permitiram estar de fato em contato com usuários e conhecer mais de perto suas realidades.

Já o Estágio Supervisionado II, que fora desenvolvido no Instituto Federal de Sergipe (IFS) Campus Nossa Senhora da Glória, possibilitou o conhecimento da atuação do serviço social junto a Assistência Estudantil. Nesta perspectiva, foi possível compreender que as ações do serviço social no IFS se dão especialmente na seleção de auxílios estudantis, que estão fundamentados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e ocorrem semestralmente por edital de seleção, nas quais o assistente social faz uso do estudo socioeconômico do aluno com a finalidade de conhecer de forma crítica e ética uma determinada situação, considerando aspectos econômicos, sociais e culturais que permeiam o cotidiano do estudante. Neste campo o serviço social possui grande relevância à medida que atua na garantia de recursos necessários para que os estudantes ultrapassem os obstáculos e impedimentos ao bom desempenho acadêmico, garantindo sua permanência na instituição de ensino. Além da seleção de auxílios foi possível identificar que o serviço social também atua no acompanhamento de estudantes, sobretudo de estudantes que possuem perfil de vulnerabilidade ou que apresentam alguma dificuldade sócio-pedagógica. Sem contar que muitas vezes é requisitado para formular resoluções institucionais relacionados ao serviço social. Outra experiência que merece ser destacada diz respeito à participação nos dois projetos desenvolvidos pela Coordenadoria de Assistência Estudantil do IFS/Glória, ambos direcionados a temática “Assistência Estudantil”, na qual pude me aprofundar a partir de leituras e reflexões sobre a importância deste mecanismo na vida dos estudantes. Um fator relevante durante as fases de estudo e execução destes projetos foi à descoberta da

importância do trabalho em equipe, sobretudo do trabalho interdisciplinar. Com certeza este aprendizado contribuirá para o exercício profissional.

No que tange construção do projeto de intervenção e sua execução, posso afirmar que foi uma experiência gratificante, posto que, possibilitou a estagiária a fazer uso de instrumentos e técnicas pertinentes ao serviço social, bem como exercitar atribuições e competências apreendidas durante o curso.

Vale salientar que o período de estágio também proporcionou a compreensão de que a prática profissional passa por muitos desafios. Foram notadas, em alguns momentos, inúmeras limitações, algumas delas nos próprios limites institucionais. No entanto, nenhuma delas foi capaz de me desestimular enquanto futura assistente social. Ao contrário, entendi, na prática, o quanto o Serviço Social é importante nesta conjuntura em que se observa um desenfreado crescimento da questão social, exigindo dos profissionais da área uma postura crítica e capacitada para superar estas situações.

Em suma, concluo afirmando que o Estágio Supervisionado I e II contribuiu de forma positiva para minha formação acadêmica, tanto do ponto de vista prático, como do ponto de vista teórico-reflexivo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o Estágio Supervisionado é a via pela qual o estudante de Serviço Social se descobre enquanto profissional, a realização deste Estágio Curricular trouxe à tona uma série de descobertas, dentre as quais a importância de cada etapa deste processo para a formação profissional do Assistente Social. Cabe destacar que todos os mecanismos utilizados durante este processo, os instrumentais, as formas de avaliação, entre outros, podem ser considerados satisfatórios, pois permitiram a interlocução entre a teoria e a prática. E esse processo de interlocução é importante, à medida que permite a articulação entre os diferentes espaços, conhecimentos, sujeitos e ações.

Durante todo período de Estágio foi possível por em prática competências e habilidades apreendidas durante o curso, transformando-as em fazer profissional. As ações desenvolvidas neste processo estiveram voltadas a atuação do Serviço Social na Política de Educação, e permitiram uma maior compreensão a respeito da importância do Serviço Social para a garantia do acesso, da inclusão e da permanência do educando nas instituições de ensino. Desta forma, reafirmo que as experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado I e II, contribuíram significativamente para minha formação profissional à medida que me proporcionaram o estabelecimento da relação teoria e prática, nas quais pude me portar de forma crítica e reflexiva, sempre objetivando observar, investigar e conhecer a prática profissional na qual estive envolvida.

Em suma, conclui-se que o estágio supervisionado em Serviço Social constitui-se uma atividade imprescindível para a formação profissional à medida que permite ao estagiário ampliar conhecimentos, habilidades e técnicas que possibilitarão um exercício profissional pautado nas atribuições da lei que regulamenta a profissão de Serviço Social e no Código de Ética Profissional, bem como no desenvolvimento das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Desta forma, finalizo as atividades deste Estágio, deixando como contribuição o presente Relatório, que tem como finalidade servir como fonte de pesquisa para outros estudantes que venham a desenvolver o Estágio Supervisionado nesta área.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdfArt.>>. Acesso em: 15 abril. 2015.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP. 2007. Disponível em: http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso em: 27 abril. 2015.
- OLIVEIRA, Bruna. AMARANTE, Krislaine R. SANTOS, Maria de F. D. **Relatório de Estágio Supervisionado I e II**. Aracaju, 2013.
- SILVA, Claudiana Bastos. **Relatório de Estágio Supervisionado I e II**. Aracaju, 2013.
- Brasil. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10ª. ed. Brasília. Conselho Federal de Serviço Social, 2012.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 2a. Ed. São Paulo: Cortez, 1983.
- _____. **Serviço Social e Cidadania. O que é questão social?** 2010. Disponível em: <http://servicosocial-erenilza.blogspot.com.br/2010/10/o-que-e-questao-social.html>. Acesso em: 14 maio. 2015.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela. **O Direito à Educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de Justiça**. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE11/RBDE1107ROMUALDOPORTELADEOLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 01 maio. 2015.
- ATIQUE, Manuela. ZAHER, Hugo. **Educação Inclusiva no Ensino Superior: políticas públicas e acesso às pessoas portadoras de deficiência**. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/hugozaher.pdf>. Acesso em: 03 maio. 2015.
- SAVIANI, Demerval. **História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário**. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa.pdf>. Acesso em: 24 abril 2015.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdfArt.>>. Acesso em: 28 abril. 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais** 2. ed . – Brasília:

MEC, SEESP, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>. Acesso em: 25 abril. 2015

ALMEIDA, Suênya Thatiane Souza de. **A importância do estágio supervisionado na formação profissional do assistente social** . III Sípósio Mineiro de Assistentes Sociais. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br>. Acesso em: 05 Junho. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 28. Set. 2015.

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política Nacional de Estágio**. Ano 2010.

BRASIL, Presidência da República Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**.

IFS – Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia de Sergipe. Disponível em: <<http://gloria.ifs.edu.br/>> Acesso em: 05. Out. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A- PROJETO DE INTERVENÇÃO

UNIVERSIDADE TIRADENTES

JAKELINE DOS SANTOS ARAGÃO

**PROJETO DE INTERVENÇÃO COLCHA DE
RETALHOS: RESPEITANDO AS DIFERENÇAS**

ARACAJU

2015

JAKELINE DOS SANTOS ARAGÃO

PROJETO DE INTERVENÇÃO COLCHA DE RETALHOS:
RESPEITANDO AS DIFERENÇAS

Proposta apresentada ao Instituto Federal de Sergipe para fins de apoio institucional de ações educativas e sociais junto à comunidade atendida na referida instituição, em Nossa Senhora da Glória–SE, no ano de 2015.

Profª Esp. Fernanda Silva Nascimento

ARACAJU

2015

1. APRESENTAÇÃO

O presente projeto de intervenção, intitulado “*Colcha de Retalhos: respeitando as diferenças*”, será executado no segundo semestre do ano de 2015, no Município de Nossa Senhora da Glória, mais precisamente na Escola Municipal Tiradentes, localizada na Av. Lourival Batista, 530 – Nova Divineia, pela aluna da Universidade Tiradentes, do Curso de Serviço Social, 7º Período, Campus Farolândia: Jakeline dos Santos Aragão.

Vale ressaltar que o Estágio I da aluna idealizadora deste Projeto de Intervenção foi realizado no Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicossocial (NAPPS), situado na Universidade Tiradentes (UNIT) Campus Farolândia, sob a supervisão da Assistente Social Kátia Maria de Souza. Estágio II foi realizado no Instituto Federal de Sergipe (IFS) Campus Nossa Senhora da Glória sob a supervisão da Assistente Social Raquel de Oliveira Mendes. Ambos, porém, vinculados à Política de Educação. Para tanto, é bom esclarecer que o presente projeto será desenvolvido a partir das experiências vivenciadas no Estágio II.

A escolha do tema deste projeto se deu a partir da problemática que fora identificada através da construção do Diagnóstico Social do Município de Nossa Senhora da Glória e do estudo do Projeto de Extensão Intitulado “Fênix: transpondo conceitos e práticas da Assistência Estudantil no Campus Nossa Senhora da Glória”, que está sendo executado pela Coordenadoria de Assistência Estudantil (COAE) do IFS/ Campus Glória. Com base nisto, verificou-se nas Instituições de Ensino da cidade de Nossa Senhora da Glória/SE situações de desrespeito, preconceito, bullying, indiferença, intolerância, etc., extrapolando aquilo que preconiza os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) no que tange ao eixo “Pluralidade Cultural e Educação Inclusiva”, ou seja, o *respeito às diferenças*.

Por conta dessa realidade esta intervenção tem como principal foco a busca pela construção de novos conceitos e práticas para a erradicação de toda espécie de discriminação e preconceito dentro da Escola Municipal Tiradentes na cidade de Nossa Senhora da Glória/SE, e será desenvolvida por meio de três etapas, quais sejam: na primeira etapa será realizada visita à Escola na busca de conhecer mais de perto a sua realidade. Através do diálogo com educadores e gestores, buscar-se-á identificar quais as maiores dificuldades enfrentadas pela Instituição referente à temática “*Respeito às Diferenças*”; na segunda etapa será realizada uma mobilização na Escola através da distribuição de panfletos convidativos, na busca de despertar o interesse do público (alunos, professores e gestores) a participarem da terceira etapa do projeto que culminará num evento que será realizado em parceria com a COAE do IFS/ Campus Glória, com a realização de um encontro formativo onde inicialmente será realizada uma dinâmica que abordará a problemática em questão de forma mais

participativa, seguida de uma breve reflexão; posteriormente será exibido um vídeo. As atividades serão concluídas com a aplicação de um questionário avaliativo e distribuição de lembrancinhas.

Nota-se, a partir do exposto, que este tema é relevante não somente para os professores, gestores e alunos da Escola Municipal Tiradentes, mas também para contexto municipal de Nossa Senhora da Glória/SE visto que, ao transformar as concepções dos jovens estudantes de hoje estaremos transformando a sociedade de amanhã.

2. JUSTIFICATIVA

Atualmente muito se ouve sobre *Igualdade*, seja ela social, étnica, de gênero, cultural, etc. A palavra *Igualdade* está intrinsecamente ligada a outras duas palavras: *Respeito às Diferenças*. Somos todos diferentes, cada ser humano é único e traz consigo particularidades e necessidades que devem ser respeitadas. A Constituição da República Federativa do Brasil (CF) versa em seu Art. 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Garantindo por meio destes termos que todo cidadão brasileiro ou até mesmo estrangeiro residente em nosso país seja respeitado e tratado com igualdade.

O respeito às diferenças é uma realidade que deve permear todas as esferas da sociedade e, sobretudo os ambientes educacionais, principalmente se levarmos em consideração que as Instituições de Ensino são espaços privilegiado de debates e construção de conhecimentos. A CF é clara e precisa ao afirmar “a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” (Constituição Federal. Art. 5º). E ainda estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (Art. 206, inciso I) atribuindo as Instituições Ensino o dever de adequar-se as necessidades de seu público e, sobretudo desenvolver estratégias que primem pela valorização do acolhimento e do respeito às particularidades e as necessidades específicas de cada indivíduo, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2015 traz como diretriz “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (PNE. Art. 2º, inciso III.) Isto porque os ambientes educacionais vêm demonstrando grande dificuldade em lidar com essas diferenças, principalmente no que tange às pessoas portadoras de necessidades específicas. Faltam recursos, acessibilidade e, sobretudo, concepções e práticas pautadas no princípio da Igualdade. Ao reconhecer tais dificuldades nos sistemas de ensino, vem à tona a necessidade de avaliar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las. Dentro desta perspectiva a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão, a partir da criação de sistemas educacionais inclusivos. Sobre isso, Alonso alude:

Educação inclusiva significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. A opção por este tipo de Educação não significa negar as dificuldades dos estudantes. Pelo contrário. Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como **diversidade**. É essa variedade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência a todas as crianças. Preservar a diversidade apresentada na escola, encontrada na realidade social, representa oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais com ênfase nas competências, capacidades e potencialidades do educando. (ALONSO, 2013).

Corroborando com Alonso, Carvalho afirma:

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. (ALONSO, 2013 apud CARVALHO, 2005).

Percebe-se aqui o valor e a importância da Educação Inclusiva como um caminho para o respeito e a valorização das diferenças. Entretanto, para que isso ocorra de fato, torna-se imprescindível o desenvolvimento de estratégias que contribuam para a reconstrução das Instituições de Ensino, e quando falamos em reconstrução dizemos de sua estrutura física e, sobretudo pedagógica, de modo que se tornem capazes de oferecer uma proposta educacional que atenda conjuntamente a todos, mas que ao mesmo consiga suprir às necessidades específicas de cada um, eliminando toda espécie de exclusão ou preconceito e valorizando o respeito à diversidade.

Atualmente a realidade do município de Nossa Senhora da Glória/SE, não diverge das demais realidades do país. Inúmeras são as situações de preconceitos, bullying, indiferenças, intolerâncias, dentro e fora das Instituições de Ensino. São grandes os transtornos causados aqueles que são vilipendiados por tais situações. Percebe-se então, a necessidade de se buscar estratégias e ações que visem à transformação desta realidade.

Partindo dessa assertiva, surge o presente Projeto de Intervenção, intitulado *Colcha de Retalhos: respeitando as diferenças*. O mesmo será realizado em consonância com o Projeto Fênix: transpondo conceitos e práticas da Assistência Estudantil no Campus Nossa Senhora da

Glória. O Projeto Fênix trata-se de um projeto de extensão que foi desenvolvido mediante pesquisas e constatações realizadas pela equipe Multiprofissional da Coordenadoria de Assistência Estudantil (COAE) do IFS Campus Nossa Senhora da Glória, na qual atualmente faço parte como Estagiária de Serviço Social, no tocante a importância da Assistência Estudantil como ferramenta indispensável para a consolidação de uma educação que preze pela formação cidadã, crítica, participativa e autônoma, em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O referido projeto traz como um dos eixos centrais “Pluralidade Cultural e Educação Inclusiva”. É, portanto, com base nesse eixo, mediante as experiências vivenciadas no período de Estágio II e as constatações levantadas a respeito da importância de se trabalhar os valores relacionados à Pluralidade Cultural e Educação Inclusiva, que o Projeto de Intervenção *Colcha de Retalhos: respeitando as diferenças*, será desenvolvido no Município de Nossa Senhora da Glória/SE, mais precisamente na Escola Municipal Tiradentes.

Desta forma, o presente projeto se justifica por sua relevância na busca da construção de novos conceitos a respeito das diferenças, bem como na busca de reflexões sobre a importância da prática educacional inclusiva como meio de superação das desigualdades dentro e fora das escolas. Diante disso é inegável que este projeto será de suma importância tanto para a formação acadêmica da graduanda do Curso de Serviço Social (por se tratar de uma temática advinda da questão social, e como tal objeto de intervenção do Serviço Social), bem como para a Comunidade Escolar alcançada, que passará a ver essa realidade de outra forma e, conseqüentemente, agir de forma nova, transformando a realidade a sua volta, fazendo com que outros compreendam que apesar de algumas diferenças, somos iguais em direitos e dignidade.

3. PÚBLICO ALVO

O projeto de intervenção “*Colcha de Retalhos: respeitando às diferenças*” terá como público alvo: discentes do 6º ano ‘D’ da Escola Municipal Tiradentes.

4. OBJETIVOS

4.1 Geral:

Sensibilizar docentes, discentes e demais envolvidos neste projeto a respeito da sua responsabilidade na superação de toda forma de discriminação e preconceito, pautada nos valores Constitucionais da Igualdade e Dignidade da pessoa humana.

4.2 Específicos:

1. Orientar à comunidade escolar acerca da importância da educação para a eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação.
2. Promover a construção de novos conceitos sobre o valor e a importância do respeito às diferenças.

5. METAS

Espera-se por meio das ações desenvolvidas neste Projeto:

- Atingir ao menos 80% do público alvo;
- Construir novos conceitos sobre diversidade e inclusão.
- Possibilitar a criação de um ambiente educacional inclusivo;
- Instigar a busca coletiva de soluções para as questões discutidas;
- Promover a cultura do acolhimento, do diálogo e do respeito às diferenças no ambiente escolar.

6. METODOLOGIA

A presente intervenção “*Colcha de Retalhos: respeitando as diferenças*” será executada no segundo semestre do ano de 2015 através das ações que serão apresentadas abaixo.

Num primeiro momento, mais precisamente na terceira semana do mês de outubro, será realizada uma visita institucional à Escola Municipal Tiradentes, esta visita se caracterizará como um momento de diálogo com professores e/ou gestores, a fim de conhecer um pouco mais sobre as formas de discriminação presentes na Instituição.

A segunda etapa do projeto será executada na primeira semana do mês de novembro, na referida escola. Nesta etapa será realizada a divulgação do projeto e o convite à participação da terceira e última etapa. Esta ação se dará por meio da distribuição de panfletos a alunos, professores e gestores, e terá como escopo despertar o público a participar do encontro formativo que se dará num momento posterior.

A terceira ação do projeto ocorrerá na segunda semana do mês de novembro e será efetivada pela estagiária em companhia da sua supervisora de campo e da equipe responsável pela execução do projeto Fênix, ao qual o presente Projeto de Intervenção está Vinculado. Esta última etapa se concretizará através de um encontro formativo que será realizado na Escola Municipal Tiradentes com vistas a sensibilizar alunos, professores, gestores e demais envolvidos neste processo a respeito da problemática em questão. Em outras palavras, o escopo principal dessa ação é fazer com que o público alvo passe a compreender *as diferenças* com respeito, olhando para elas não como barreiras que nos separam e nos privam de uma convivência saudável, mas como retalhos que se unem para se tornar um só. A materialização desta etapa se dará da seguinte forma: inicialmente será realizada uma dinâmica que abordará de forma participativa a problemática em questão; posteriormente será apresentado um vídeo, seguido de uma breve reflexão. E, por fim, será feita a avaliação do projeto e a entrega das lembrancinhas, finalizando desta forma a execução do projeto.

7. AVALIAÇÃO

Neste Projeto “*Colha de Retalhos: respeitando as diferenças*” o processo de avaliação dar-se-á através da aplicação de questionários cujas perguntas serão elaboradas de forma sucinta e com linguagem acessível. As questões estarão relacionadas ao grau de satisfação com o projeto, bem como à absorção do tema trabalhado. Cada pergunta virá acompanhada de uma carinha, ou seja, um emoji, que indicará o grau de satisfação. A finalidade deste tipo de avaliação é facilitar o entendimento e fazer com que todos possam realizá-la, a fim de se chegar as devidas conclusões acerca dos objetivos alcançados.

8. RECURSOS

8.1 Humanos

RECURSOS HUMANOS		
<i>PROFISSIONAL</i>	<i>QUANTIDADE</i>	<i>FUNÇÃO</i>
Assistente Social	01	Mediadora do Projeto
Estagiária	01	Ministradora da Apresentação do Projeto
Psicóloga (COAE)	01	Suporte técnico
Enfermeira (COAE)	01	Suporte técnico
Alunos do IFS/Glória	04	Mobilizadores.

8.2 Materiais

RECURSOS MATERIAIS	
<i>ITEM</i>	<i>QUANTIDADE</i>
Data show	01
Notebook	01
Mesa	01
Cadeiras	100

9. ORÇAMENTO

<i>ITEM</i>	<i>QUANTIDADE</i>	<i>VALOR UNITÁRIO</i>	<i>VALOR TOTAL</i>
Papel Sulfite A4	100	R\$ 0,04	R\$ 4,00
Lápis Grafite	100	R\$ 0,3	R\$ 30,00
Camisa	01	R\$ 12,00	R\$ 12,00
Panfletos	100	R\$ 1,66	R\$ 60,00
Total			R\$ 106,00

10. CRONOGRAMA

ATIVIDADE	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO
Elaboração do Projeto	X		
Execução da Primeira Etapa		X	
Execução da Segunda Etapa			X
Execução da Terceira Etapa			X
Avaliação do Projeto			X

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: 1988 – texto constituinte de 05 de outubro de 1988.

Revista Nova Escola. [on-line]. Editora Abril, 2013. [cited 20 Setembro de 2015]. Disponível na Word Wide Web: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/palavra-especialista-desafios-educacao-inclusiva-foco-redes-apoio-734436.shtml>>.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014.

MENDES, Raquel de Oliveira. Projeto Fênix: transpondo conceitos e práticas da Assistência Estudantil no Campus Nossa Senhora da Glória. PIBEX 2015.

APÊNDICE B- MÉTODO DE AVALIAÇÃO UTILIZADO NO PROJETO DE INTERVENÇÃO

AVALIAÇÃO

1. GOSTOU DO PROJETO?



GOSTEI



NÃO GOSTEI



MAIS OU MENOS

2.A APRESENTAÇÃO FOI CLARA?



SIM



NÃO



MAIS OU MENOS

3. A DINÂMICA E O VÍDEO AJUDARAM NA COMPREENSÃO DO ASSUNTO?



SIM



NÃO



MAIS OU MENOS

APÊNDICE C – PANFLETO UTILIZADO NA 2ª AÇÃO DO PROJETO DE
INTERVENÇÃO

Projeto de Intervenção
Colcha de Retalhos: respeitando as diferenças



Dia 12 de novembro de 2015
Horário: 09:10
Local: Escola Municipal Tiradentes
6º ano “D”
Conto com sua presença!!!

APÊNDICE D – FOTOS



1ª Etapa do Projeto. Visita à Escola Municipal Tiradentes.



Visita à Escola Municipal Tiradentes



2ª Etapa do projeto. Panfletagem e divulgação.



Distribuição dos panfletos.



3ª Etapa do Projeto



Exibição de Vídeo



Equipe de Assistência Estudantil do IFS Campus Glória

APÊNDICE E – LISTAS DE PRESENÇA DAS AÇÕES DO PROJETO DE
INTERVENÇÃO

LISTA DE FREQUÊNCIA

1ª Etapa do Projeto de Intervenção Colcha de Retalhos: respeitando as
diferenças

Data: 28/10/15

- 01- Anne Beatriz Lima Oliveira (79) 9895-8501
- 02- Maria Alda Alves de Oliveira (79) 9965-6069
- 03- Raquel de Oliveira Mendes (79) 99142 2416
- 04- Danise Sílvia G. dos Santos 75-8801-5880
- 05- José Sérgio Porto 79-9950-0901
- 06- Sílvia Alves de Andrade 96063239
- 07- Beatriz J. V. Soares - 99117-6518
- 08- Sivalla Alves Santiago
- 09- _____
- 10- _____
- 11- _____
- 12- _____
- 13- _____
- 14- _____
- 15- _____
- 16- _____
- 17- _____
- 18- _____
- 19- _____
- 20- _____
- 21- _____
- 22- _____
- 23- _____
- 24- _____
- 25- _____
- 26- _____
- 27- _____
- 28- _____
- 29- _____
- 30- _____

LISTA DE FREQUÊNCIA

1ª Etapa do Projeto de Intervenção Colcha de Retalhos: respeitando as
diferenças

Data: 09/10/15

- 01- Maria Ieda Alves de Oliveira
- 02- Beatriz Francisca Louza Souza
- 03- Daniela Ribeiro G. da Silva
- 04- Raquel de Oliveira Mendes (79) 99142 2416
- 05- Juliane Laineza Santos (79) 95115096
- 06- Anna Beatriz Lima Oliveira 9895-8503
- 07- _____
- 08- _____
- 09- _____
- 10- _____
- 11- _____
- 12- _____
- 13- _____
- 14- _____
- 15- _____
- 16- _____
- 17- _____
- 18- _____
- 19- _____
- 20- _____
- 21- _____
- 22- _____
- 23- _____
- 24- _____
- 25- _____
- 26- _____
- 27- _____
- 28- _____
- 29- _____
- 30- _____

LISTA DE FREQUÊNCIA

3ª Etapa do Projeto de Intervenção Colcha de Retalhos: respeitando as
diferenças

Data: 16/11/15

- 01- Thais Oliveira Jesus.
- 02- Emily dos Santos
- 03- Raíma da Silva Santos.
- 04- Yleney Dias Santos
- 05- Eric Felipe Inrendonça
- 06- Eduardo Santos Furtoso
- 07- Jari Brunos Silva Souza
- 08- Walken Santo mossi
- 09- Natalia Pamezys Silva
- 10- Melício Bispo dos Santos
- 11- Gerson Adélio dos Santos Junior
- 12- Lorena Ruy Silva Lima
- 13- Natalia de Alcantara Nascimento
- 14- Marlon Alves Silva Junior
- 15- Lucas Santos Aguiar
- 16- Naily Costa Macedo
- 17- Gustavo Alexandre dos Santos Silveira
- 18- Genisson de Jesus.
- 19- Romelous Lima do Alva
- 20- Everton Santos Andrade
- 21- Thiago Fazzolari
- 22- Andre Silva Santos
- 23- Lucas Vieira dos Santos
- 24- Deilza Alves de Andrade
- 25- Beatriz F. S. Almeida
- 26- Maria Ilda Alves de Oliveira
- 27- Raquel de Oliveira Mendes
- 28- Danise Silveira J. dos Santos
- 29- _____
- 30- _____

ANEXOS

ANEXO A – RESOLUÇÃO Nº 51/2015/CS/IFS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Av. Jorge Amado, 1551 – Loteamento Garcia, Bairro Jardins - CEP 49025-330 – Aracaju/SE
Fone: (79) 3711 1400 – E-mail: reitoria@ifs.edu.br

RESOLUÇÃO Nº 51/2015/CS/IFS

Aprova ad referendum a reformulação da Norma regulamentadora dos auxílios e bolsas nas linhas de ações de vulnerabilidade socioeconômica do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando – PRAAE/IFS.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, faz saber que, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e o Art. 9º do Estatuto do IFS, considerando o Memorando Eletrônico nº 187/2015-DIAE-REI,

RESOLVE:

I – APROVAR, *ad referendum*, a reformulação da Norma regulamentadora dos auxílios e bolsas nas linhas de ações de vulnerabilidade socioeconômica do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – PRAAE/IFS.

II - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Aracaju, 01 de junho de 2015.

Ailton Ribeiro de Oliveira
Presidente do Conselho Superior/IFS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Av. Jorge Amado, 1551 – Loteamento Garcia, Bairro Jardins - CEP 49025-330 – Aracaju/SE
Fone: (79) 3711 1400 – E-mail: reitoria@ifs.edu.br

NORMA REGULAMENTADORA DOS AUXÍLIOS E BOLSAS NAS LINHAS DE AÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO PRAAE

Regulamenta a concessão de auxílios e bolsas aos estudantes regularmente matriculados no Instituto Federal de Sergipe/IFS, nas Linhas de Ações de vulnerabilidade socioeconômica do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando - PRAAE/IFS, Resolução Nº 45/2015/CS/IFS.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Os auxílios financeiros e bolsas das linhas de ações de vulnerabilidade socioeconômica do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS – PRAAE/IFS, têm por finalidade a garantia da igualdade de condições para a permanência do estudante nesta Instituição, com base nos “Princípios e Fins da Educação Nacional”, estabelecidos nos Artigos 2º e 3º da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 2º A inscrição nas Linhas de Ações de vulnerabilidade socioeconômica do PRAAE será realizada *on-line*, pelo estudante, no sítio do IFS/DIAE, conforme período constante em Edital.

Art. 3º O Auxílio financeiro não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

Art. 4º O Edital de **Atualização Cadastral**:

I - será destinado a estudantes já cadastrados nas Linhas de Ações de vulnerabilidade socioeconômica do PRAAE;

II - tem como objetivo a continuidade da transferência financeira do mesmo auxílio/bolsa concedido ao estudante no pleito anterior.

Art.5º Poderá haver mudança de auxílio/bolsa de acordo com a situação apresentada pelo estudante com parecer do assistente social, conforme disposto no art.4º inciso II.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Av. Jorge Amado, 1551 – Loteamento Garcia, Bairro Jardins - CEP 49025-330 – Aracaju/SE
Fone: (79) 3711 1400 – E-mail: reitoria@ifs.edu.br

Art. 6º O Edital de **Cadastramento**:

I - será destinado aos estudantes que ainda **não** são cadastrados nas Linhas de Ações de vulnerabilidade socioeconômica do PRAAE;

II - tem como objetivo abrir novas vagas nos auxílios financeiros e nas bolsas, de acordo com a disponibilidade orçamentária de cada campus.

Art. 7º Haverá reserva de vagas para estudantes com necessidades específicas.

Parágrafo único. O percentual para essas vagas será estabelecido por Edital.

Art. 8º O período de concessão dos auxílios financeiros ou bolsas será definido de acordo com o início do ano letivo, respeitando o limite máximo de pagamento de até 10 (dez) parcelas/meses, com exceção do Auxílio Residência que terá a duração de 12 (doze) parcelas/meses.

Art. 9º Caberá ao estudante:

I – inscrever-se no PRAAE *on-line*, em período estabelecido em edital;

II – preencher completamente os dados no sistema PRAAE *on-line*;

II - entregar cópias de todos os documentos relacionados no edital de Atualização Cadastral e no de Cadastramento ao setor competente;

Art. 10 Os estudantes que realizarem a **Atualização Cadastral** deverão ser atendidos em sua totalidade, desde que sejam obedecidos os critérios estabelecidos em Edital.

Parágrafo único. Havendo mudança da situação socioeconômica do estudante será, obrigatoriamente, realizado novo estudo socioeconômico.

Art. 11 Para a seleção nas Linhas de Ações de vulnerabilidade socioeconômica do PRAAE do Edital de **Cadastramento**, o estudante deverá ser submetido a estudo socioeconômico, realizado por assistente social.

Parágrafo único. Poderão ser atendidos, em sua totalidade, os estudantes inscritos no edital de cadastramento, desde que haja dotação orçamentária.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Av. Jorge Amado, 1551 – Loteamento Garcia, Bairro Jardins - CEP 49025-330 – Aracaju/SE
Fone: (79) 3711 1400 – E-mail: reitoria@ifs.edu.br

Art. 12 A vulnerabilidade socioeconômica é percebida como ausência ou privação de um ou mais fatores que envolvem as necessidades básicas de bem-estar social, como:

I – condições habitacionais, referente a condições sanitárias, localização, estrutura, posse ou não de imóvel, dentre outros;

II – histórico acadêmico, considerando escola de origem, se bolsista/cotista, defasagem idade/série, interrupção do estudo;

III – condições de saúde da família e do estudante, caracterizados por comprovação de deficiência, tratamentos de doenças crônicas e/ou degenerativas, uso contínuo de medicação, apresentados através de relatório e/ou receita médica;

IV – condições de trabalho, referendando vínculo de trabalho, atividade geradora do vínculo/renda, local e condições de trabalho;

V – renda familiar per capita igual ou inferior a 01 (um) salário mínimo e ½ (meio) vigente, conforme decreto nº 7.324, de 19.07.2010;

VI – grupo familiar tendo como referência o tipo de arranjo familiar, número de membros, conflitos familiares, situação de violência;

VII – despesas da família com habitação, saúde, alimentação, transporte;

VIII – membros da família beneficiados com programas sociais de transferência de renda e/ou serviço socioassistencial.

Art. 13 O estudo socioeconômico poderá ser complementado com a realização de entrevista, visita domiciliar e/ou junta social realizada pelo Assistente Social de cada *campus* do IFS.

Art. 14 A renda *per capita* familiar será de até 01 (um) salário mínimo e ½ (meio), definida como um dos critérios para a seleção dos candidatos, obedecendo à classificação baseada em estudo socioeconômico e de acordo com a disponibilidade de vagas.

Art. 15. O acompanhamento dar-se-á pela equipe de Assistência Estudantil, observando os seguintes aspectos:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
 Av. Jorge Amado, 1551 – Loteamento Garcia, Bairro Jardins - CEP 49025-330 – Aracaju/SE
 Fone: (79) 3711 1400 – E-mail: reitoria@ifs.edu.br

I – frequência mínima de 75% do total da carga horária cursada no bimestre;

II – média 6,0 (seis) bimestral;

III – atendimento e/ou acompanhamento sistemático, realizado por equipe psicopedagógica.

Art. 16. O acompanhamento da frequência e do rendimento de que trata o art.15, deverá ser estabelecido através de Instrução Normativa que deverá se elaborada pela DIAE e equipe técnica de Assistência Estudantil dos *campi*.

Parágrafo único. O acompanhamento dos estudantes do Programa Educação de Jovens e Adultos – PROEJA deverá ser feito pela coordenadoria do referido Programa com o apoio da Equipe multidisciplinar do campus.

Art. 17. O acompanhamento sistemático envolve ações de desenvolvimento acadêmico e psicossocial promovidas por Equipe Multidisciplinar do campus.

Parágrafo único. Caso necessário, o estudante poderá ser encaminhado à rede socioassistencial em suas diferentes esferas governamental e não-governamental, referendada pela Assistência Estudantil do campus.

Art. 18. Em relação à frequência:

§ 1º Havendo frequência inferior a 75% serão averiguadas as causas da infrequência e realizados os encaminhamentos necessários, podendo haver a suspensão ou o cancelamento do auxílio financeiro ou bolsa.

§ 2º Compete à Equipe de Assistência Estudantil do campus decidir pela não suspensão ou cancelamento do auxílio financeiro ou bolsa, após análise e emissão de parecer técnico.

Art. 19 O auxílio será cancelado automaticamente, quando o estudante:

I - concluir o curso;

II - trancar matrícula;

III – evadir.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Av. Jorge Amado, 1551 – Loteamento Garcia, Bairro Jardins - CEP 49025-330 – Aracaju/SE
Fone: (79) 3711 1400 – E-mail: reitoria@ifs.edu.br

Art. 20 O estudante poderá ser convocado pelo setor responsável pela Assistência Estudantil para análise da situação, nos seguintes casos:

I - não aprovação em quaisquer disciplinas;

II - média bimestral inferior a 6,0;

III - assumir quaisquer atividades remuneradas que garantam sua permanência no IFS, desde que não esteja em desacordo com o art. 14;

IV - apresentar declarações falsas no ato da inscrição mesmo quando detectado o fato após o ingresso no auxílio;

V - não cumprimento da frequência mínima bimestral de 75% da carga horária do curso.

Art. 21 Nos casos de não cumprimento das orientações estabelecidas nesta norma, caberá a Equipe Multidisciplinar do campus aplicar a advertência verbal e/ou escrita ao estudante assistido, e ainda, efetuar a suspensão ou cancelamento do auxílio/bolsa através a emissão de parecer técnico.

Parágrafo único. Caso o estudante tenha o auxílio financeiro ou bolsa suspenso e havendo reincidência no descumprimento dos seus deveres, deverá ter o mesmo cancelado.

Art. 22 Os estudantes contemplados com auxílio financeiro ou bolsa deverão:

I - participar de reunião onde receberão as orientações devidas;

II - assinar o Termo de Compromisso, no qual constará o período de duração do auxílio;

III - participar de ações socioeducativas promovidas pelo Instituto e/ou Campus.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS DOS ASSISTIDOS

Art. 23 Constituem-se direitos dos estudantes assistidos pelas linhas de ações de vulnerabilidade socioeconômica do PRAAE:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
 Av. Jorge Amado, 1551 – Loteamento Garcia, Bairro Jardins - CEP 49025-330 – Aracaju/SE
 Fone: (79) 3711 1400 – E-mail: reitoria@ifs.edu.br

- I – recebimento total do valor do auxílio financeiro ou bolsa, a ser depositado mensalmente, em conta bancária do estudante;
- II – acesso ao setor responsável pela Assistência Estudantil para comunicar ou se informar sobre qualquer atraso ou irregularidade no pagamento do auxílio financeiro ou bolsa, bem como quaisquer demandas referentes ao PRAAE/IFS nas linhas de ações de vulnerabilidade socioeconômica de auxílio financeiro ou bolsa;
- III – declaração de assistido pelo PRAAE/IFS, nas linhas de ações vulnerabilidade socioeconômica, de auxílio financeiro ou bolsa, emitida pelo setor de Assistência Estudantil ou pelo Serviço Social do campus;
- IV – renovação do auxílio financeiro ou bolsa, obedecidas às condições de permanência definidas nesta norma;
- V – solicitação de outro auxílio financeiro ou bolsa, desde que haja disponibilidade de vagas e a depender da situação de vulnerabilidade socioeconômica do estudante, conforme parecer do assistente social;
- VI – recebimento do valor integral do auxílio financeiro ou bolsa, nos casos de ausências às aulas para tratamento de saúde, desde que homologado pelo setor/coordenadoria de saúde escolar do IFS e dada ciência ao Setor de Assistência Estudantil do campus;
- VII - pronunciamento de direito a ampla defesa em qualquer responsabilidade que lhe seja imputada.

CAPÍTULO III
DOS DEVERES DOS ASSISTIDOS

Art. 24 Constituem-se deveres dos estudantes assistidos pelo PRAAE:

- I – atender à sistemática de acompanhamento e avaliação, estabelecida por setor responsável pela Assistência Estudantil em cada campus, levando em consideração assiduidade nas aulas e o desempenho acadêmico;
- II – frequência mínima de 75% do total da carga horária cursada no bimestre.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Av. Jorge Amado, 1551 – Loteamento Garcia, Bairro Jardins - CEP 49025-330 – Aracaju/SE
Fone: (79) 3711 1400 – E-mail: reitoria@ifs.edu.br

III – comparecer ao setor de Assistência Estudantil para comunicar quaisquer situações de afastamento da instituição (participação em eventos, conclusão de curso, trancamento de matrícula e tratamento de saúde);

IV – solicitar ao setor responsável pela Assistência Estudantil, mediante requerimento, o seu desligamento do auxílio financeiro ou bolsa, em caso de desistência;

V – informar ao setor responsável pela Assistência Estudantil quaisquer mudanças de natureza socioeconômica, individual ou familiar (como contemplação com auxílio financeiro ou bolsa, que não sejam viabilizados pela Assistência Estudantil do IFS, ou obtenção de atividade remunerada, conforme Art. 14).

VI- apresentar declarações idôneas durante a permanência no PRAAE/IFS.

CAPÍTULO IV

DOS AUXÍLIOS FINANCEIROS E BOLSAS

Seção I

Do Auxílio Permanência Estudantil

Art. 25 O Auxílio Permanência Estudantil consiste na concessão mensal de valor monetário a estudantes do IFS, que apresentem situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de contribuir com despesas relacionadas à alimentação, transporte, creche, impressão e fotocópia, dentre outras despesas para sua permanência na instituição.

Art. 26 O Auxílio Permanência Estudantil será concedido de acordo com a classificação abaixo:

I – Classe A – Alta vulnerabilidade;

II – Classe B – Média vulnerabilidade;

III – Classe C – Baixa vulnerabilidade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Av. Jorge Amado, 1551 – Loteamento Garcia, Bairro Jardins - CEP 49025-330 – Aracaju/SE
Fone: (79) 3711 1400 – E-mail: reitoria@ifs.edu.br

Art. 27 A classificação levará em consideração os critérios estabelecidos nos artigos 12 e 14.

Art. 28 Os parâmetros para a definição das situações caracterizadas no art. 25, como de alta, média e baixa vulnerabilidade serão definidos pelo Serviço Social deste instituto, através de instrução normativa aprovada pelo Reitor.

Art. 29 O valor do Auxílio Permanência Estudantil será de:

- I – Classe A – até 50% do salário mínimo (SM);
- II – Classe B – até 30% do salário mínimo (SM);
- III – Classe C – até 20% do salário mínimo (SM).

Seção II

Do Auxílio Residência

Art. 30 O Auxílio Residência é a concessão de um valor monetário mensal para estudantes que sejam procedentes de outra cidade e/ou estado diferente do município no qual *campus* está localizado, objetivando auxiliar nas despesas com aluguel de residência.

Parágrafo único. O valor do Auxílio Residência será de até 50% do salário mínimo.

Art. 31 A duração do Auxílio Residência será de **12 (doze) meses corridos**, sendo renovado automaticamente, desde que o estudante apresente a documentação necessária ao setor responsável pela Assistência Estudantil e conforme disponibilidade orçamentária da instituição.

Art. 32 Para renovação do auxílio, o estudante deverá apresentar o contrato ou declaração e/ou recibo de aluguel atualizado e o comprovante de matrícula, de acordo com os prazos e locais definidos pelo setor de Assistência Estudantil de cada campus ou estabelecidos por edital.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Av. Jorge Amado, 1551 – Loteamento Garcia, Bairro Jardins - CEP 49025-330 – Aracaju/SE
Fone: (79) 3711 1400 – E-mail: reitoria@ifs.edu.br

Art. 33 Durante o período de permanência do estudante no auxílio, poderão ser agendadas visitas domiciliares, devendo ser realizadas por Assistente Social do Campus.

Art. 34 A quantidade de renovações a que o estudante terá direito está condicionada ao período normal de duração do curso, estabelecido previamente no Projeto Pedagógico de cada curso, em observância à matriz curricular.

Seção III

Da Bolsa Trainee

Art. 35 Na Bolsa Trainee o estudante desenvolve atividades que possibilitam a indissociabilidade entre teoria e prática, potencializando os conhecimentos científicos, técnicos e epistemológicos apreendidos no curso.

Art. 36 Na Bolsa Trainee o estudante será orientado por docente orientador ou supervisor que acompanhará e avaliará o desempenho das atividades do bolsista.

§ 1º As atividades deverão estar distribuídas em 12 horas semanais, assegurando o direito do estudante de ter um dia de folga na semana.

§ 2º A jornada diária deverá ser de no máximo 04 (quatro) horas, de forma a não coincidir com o horário de aula do bolsista.

Art. 37 O docente responsável, pela orientação aos bolsistas *Trainee*, deverá encaminhar ao Setor de Assistência Estudantil do campus, o registro de frequência e a ficha de avaliação mensal do bolsista até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

Parágrafo único. O docente deverá comunicar ao setor responsável pela Assistência Estudantil quaisquer aspectos/eventualidades no tocante à atuação do bolsista no setor que interfiram no desenvolvimento de suas atividades.

Art. 38 O valor da Bolsa Trainee será de até 50% do salário mínimo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Av. Jorge Amado, 1551 – Loteamento Garcia, Bairro Jardins - CEP 49025-330 – Aracaju/SE
Fone: (79) 3711 1400 – E-mail: reitoria@ifs.edu.br

Seção IV

Do Auxílio aos Estudantes de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA

Art. 39 Poderá inscrever-se para o recebimento do Auxílio Financeiro PROEJA somente estudante do Programa de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA do IFS.

Art. 40 Será concedido valor monetário mensal de até 50% do salário mínimo, estabelecido por Portaria do Reitor em conjunto com a DIAE e equipe técnica de Assistência Estudantil dos *campi*, considerando a disponibilidade orçamentária.

Parágrafo único. A folha de pagamento com os nomes e dados bancários dos estudantes assistidos será encaminhada pela Coordenação do PROEJA para a Coordenadoria de Assistência Estudantil do campus, que fará os encaminhamentos necessários.

SEÇÃO V

Dos Auxílios Fardamento e Material

Art. 41 Os Auxílios Fardamento e Material correspondem à concessão de fardamento escolar e de materiais didáticos e/ou técnicos, garantindo um melhor desempenho das atividades acadêmicas aos estudantes assistidos.

Art. 42 A concessão do fardamento e materiais escolares será feita anualmente.

Art. 43 No ato da concessão, o estudante assinará o termo de recebimento dos Auxílios Fardamento e Material, disponibilizado pelo setor de Assistência Estudantil.

Art. 44 Em caso de indisponibilidade orçamentária para atender a totalidade dos estudantes com solicitação deferida, dar-se-á prioridade aos estudantes do nível médio integrado e subsequente, respectivamente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
Av. Jorge Amado, 1551 – Loteamento Garcia, Bairro Jardins - CEP 49025-330 – Aracaju/SE
Fone: (79) 3711 1400 – E-mail: reitoria@ifs.edu.br

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45 As ações e os encaminhamentos dos setores responsáveis pela Assistência Estudantil, em cada campus, deverão ser articulados com a Diretoria de Assistência Estudantil.

Art. 46 De acordo com parecer técnico do assistente social, o estudante assistido com algum auxílio financeiro ou bolsa poderá ser contemplado com outro(s) auxílio(s) ou bolsa(s) do PRAAE/IFS, desde que haja disponibilidade orçamentária.

Art. 47 Os casos omissos serão encaminhados para uma comissão formada por representantes da Diretoria de Assistência Estudantil e representantes dos campi, ficando a critério da comissão, a convocação de outros setores ou profissionais para colaborar com o processo decisório.

Art. 49 Ficam revogadas as Resoluções nº 32, 33 e 34 de 12 de setembro de 2011 e 05, 06, 07, 08, 09 e 12 de 17 de janeiro de 2014 do Conselho Superior do IFS.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 50 Os termos de compromisso em vigor até a data de publicação desta Resolução continuarão com sua eficácia mantendo-se até o seu termo final.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que fiz a correção ortográfica e gramatical do RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I E II da aluna Jakeline dos Santos Aragão, acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes.

ARACAJU, 01 de dezembro de 2015

Ana Cláudia Feitoria Valença

NOME

Graduado em Letras – Português



República Federativa do Brasil

Universidade Tiradentes

RECTOR da Universidade Tiradentes, no uso de suas atribuições, prebistas em Lei, tendo presente o Termo de Colação de Grau em Letras, conferido em 10 de agosto de 2007 a

Ana Cleide Feitosa Balença

nacionalidade brasileira, natural de Porto da Folha -SE, nascida a 13 de maio de 1977, filha de Miguel de Barros Feitosa e Carmelita Rodrigues de Oliveira, RG 1.453.459 - SSP-SE, mandou passar-lhe o presente diploma do Curso de Graduação em

Letras, concedendo-lhe o título de

Licenciado em Letras

a fim de que possa gozar dos direitos e das prerrogativas concedidas pelas Leis da República. Aracaju, 11 de agosto de 2007.

Prof. Arlete Barreto Silba
Diretora do Departamento de Assuntos Acadêmicos

Ana Cleide F. Valença
Diplomado



Prof. Humberto Cláudio de Mendonça
RECTOR